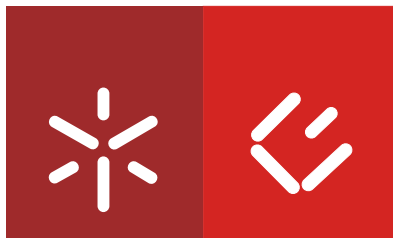


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Eurico José Arteiro Cunha

**Políticas Pork Barrel:
Um estudo de caso sobre a despesa
pública do PIDDAC**

Janeiro de 2012



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Eurico José Arteiro Cunha

**Políticas Pork Barrel:
Um estudo de caso sobre a despesa
pública do PIDDAC**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Mercados e Políticas Públicas

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

Janeiro de 2012

DECLARAÇÃO

Nome: Eurico José Arteiro Cunha

Endereço electrónico: euricocunha@gmail.com

Título da Tese de Mestrado:

“Políticas Pork Barrel: Um estudo de caso sobre a despesa pública do PIDDAC”

Orientador:

Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

Ano de Conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Economia Mercados e Políticas Públicas

AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 26 de Janeiro de 2012

(Eurico José Arteiro Cunha)

Dedico este meu trabalho à memória de uma
pessoa que prematuramente seguiu o
caminho eterno, mas sei que tem observado
os meus feitos.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com muito esforço e dedicação mas também com enorme prazer e realização pessoal.

Graças ao meu orientador o Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão, sempre disponível e com o seu discurso encorajador capaz de me guiar por entre todas as adversidades, foi capaz de tornar todo este processo muito mais fácil e com um elevado grau de satisfação. Em cada visita ao seu “laboratório”, era como se eu me sentisse capaz de encarar qualquer desafio que pudesse surgir. A sua capacidade de planeamento e de orientação foram uma base sólida para poder superar todas os desafios e terminar esta minha dissertação. Sem o seu apoio e dedicação nunca conseguiria realizar este meu objectivo. Por tudo isto e por muito mais, um enorme Obrigado Professor Mourão.

Devo ainda um agradecimento a todos os Professores que desde 2004 me ajudam a ser uma pessoa e um profissional mais capaz, e que me ensinaram a ver o mundo com os olhos de um economista. Penso em todos vós em vários momentos da minha vida, já que os conhecimentos que me transmitiram têm sido de extrema utilidade quer na minha vida profissional como pessoal.

A realização desta minha dissertação representa um enorme feito para mim mas tem-se revelado ser um motivo de orgulho para todos aqueles que sempre estiveram ao meu lado nesta minha caminhada. Esta dissertação ensinou-me que com um pouco de esforço e dedicação não existe nada que não possa estar ao nosso alcance...

...Obrigado a todos do fundo do coração por me fazerem acreditar!

Resumo

O voto é o objectivo principal para o político que ambiciona ser eleito ou manter o posto que ocupa e as políticas de “Pork Barrel” são umas das formas de obtenção de popularidade e influenciar o voto. Neste estudo, vou fazer uma análise empírica sobre a forma como são distribuídas as verbas do PIDDAC e comprovar se o mesmo pode estar a ser utilizado para fins eleitoralistas. Para esse efeito foram estudadas as transferências em PIDDAC para todos os municípios, bem como, vários factores de ordem económico-social e de ordem política que podem influenciar a afectação das verbas em PIDDAC para os municípios pelo executivo nacional. Os resultados obtidos indicam que as suspeitas de manipulação eleitoralistas são sustentadas, uma vez que, encontramos uma relação positiva entre o número de residentes e as verbas atribuídas em PIDDAC. Quanto mais vereadores da cor do executivo nacional estiverem presente no executivo do Município, maiores serão as verbas adstritas ao mesmo em PIDDAC (componente comunitária). Esta dissertação é composta por 5 capítulos. No Capítulo 1 é feita a introdução; No Capítulo 2 pode-se encontrar alguns estudos empíricos e revisão bibliográfica sobre Pork Barrel; No Capítulo 3 é apresentado o PIDDAC e discutidos alguns pontos sobre a afectação do mesmo; No Capítulo 4 é apresentado o modelo e os resultados empíricos obtidos; Por fim no Capítulo 5 é concluído a dissertação.

Palavras-chave: Pork Barrel, PIDDAC, Eleitoralismo e Oportunismo Político

Abstract

The vote is the main objective for the politician who aspires to be elected or who wishes to maintain the post that he occupies. The policies of “Pork Barrel” are one of the ways for politicians to obtain popularity and to influence the vote. For this study, we conduct an empirical analysis on how the funds of PIDDAC are distributed. To cover these issues, we researched the PIDDAC transfers to all municipalities and observed which determinants can explain this distribution. Our results prove that there is electoral manipulation, since we found a positive relationship between the number of people living at a municipality and the PIDDAC distributed to that municipality. More aldermen belonging to the party that rules the Government lead also to more PIDDAC. This dissertation is composed of five chapters. Chapter 1 provides the introduction; Chapter 2 offers some empirical studies and a review of literature about Pork Barrel; Chapter 3 presents the PIDDAC and discusses some points about its funds allocation; Chapter 4 describes the model used and the empirical results obtained; and Chapter 5 concludes the paper.

Keywords: Pork Barrel, PIDDAC, Electoralism, Political Opportunism

Índice de Conteúdos

Capítulo 1 – Introdução

1- Introdução	1
---------------	---

Capítulo 2 - Revisão Bibliográfica sobre Pork Barrel **3**

2- Revisão Bibliográfica sobre Pork Barrel	3
2.1 -Pork Barrel e o sistema eleitoral de Portugal	11

Capítulo 3 - O Programa de investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) **14**

3- O Programa de investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	14
3.1 -PIDDAC Regionalizado - Mapa XV-A	16

Capítulo 4 - Metodologia de análise e Resultados **26**

4- Metodologia de análise e Resultados	26
4.1 – Modelo	26
4.2 – Resultados	35
4.3 – Implicações Políticas	42

Capítulo 5 – Conclusão **46**

5- Conclusão	46
--------------	----

Referências Bibliográficas **50**

Referências Bibliográficas	50
----------------------------	----

Anexos

Anexo A - Porque usar o Método dos Momentos Generalizados?	53
Anexo B - O Enquadramento Legal do PIDDAC	57
Anexo C - Tabelas do PIDDAC por Municípios	60

Índices de figuras

Figura 1 - PIDDAC de 2002-2009	18
Figura 2 - Somatório do PIDDAC recebido por cada grupo de 5 Municípios	19
Figura 3 - Rácio entre os somatórios de cada grupo de 5 municípios	20
Figura 4 - PIDDAC Percapita Médio por cada grupo de 5 Municípios	22
Figura 5 - Rácio entre os Somatórios de cada grupo de 5 Municípios	23

Índices de Tabelas

Tabela 1 - PIDDAC por Distritos de 2002-2005	16
Tabela 2 - PIDDAC por Distritos de 2006-2009	17
Tabela 3 – Estatísticas descritivas das Varáveis do nosso modelo	32
Tabela 4 – Variáveis explicativas	34
Tabela 5 – Resultados PIDDAC componente Nacional	35
Tabela 6 – Resultados PIDDAC componente Comunitária	36
Tabela 7 – Resultados PIDDAC Total	37
Tabela A1 – PIDDAC por concelhos	60
Tabela A2 – PIDDAC por concelhos (continuação)	61
Tabela A3 – PIDDAC por concelhos (continuação)	62
Tabela A4 – PIDDAC por concelhos (continuação)	63
Tabela A5 – PIDDAC por concelhos (continuação)	64
Tabela A6 – PIDDAC por concelhos (continuação)	65
Tabela A7 – PIDDAC por concelhos (continuação)	66
Tabela A8 – PIDDAC por concelhos (continuação)	67
Tabela A9 – PIDDAC por concelhos (continuação)	68

1.Introdução

O oportunismo eleitoral foi sempre um tema muito controverso, essencialmente quando pensamos nos Estados livres e democráticos, em que os políticos são eleitos para os cargos por sufrágio universal. Acontece que o manuseamento de algumas armas eleitorais que o político tem ao seu dispor pode levar à sua eleição ou à manutenção do cargo que ocupa. As políticas “Pork Barrel” são umas das armas que um político, que ocupa um cargo, tem ao seu dispor para garantir a sua popularidade.

Com este trabalho, pretende-se identificar algumas dessas armas eleitorais, ao longo de 2 períodos de governação em Portugal, que decorreu de 2002 a 2005 e de 2005 a 2009. Para isso, vou analisar um “barril de porco” que o Governo de Portugal tem ao seu dispor: o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC).

Como o PIDDAC não tinha de obedecer a algum critério de afectação das verbas a cada distrito, os Governantes podiam ver, no mesmo, uma arma a ser utilizada a seu favor, para retirar dividendos políticos. A afectação dos recursos financeiros para cada concelho pode ser feita com o intuito de favorecimento daqueles que mais importância têm para a sua eleição, descurando-se o possível agravamento das assimetrias regionais.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no capítulo seguinte faço uma revisão bibliográfica sobre o “Pork barrel”, onde se define o assunto estudado e se faz uma referência a alguns estudos já realizados. Ainda no mesmo capítulo, vou analisar o sistema eleitoral português e enunciar algumas acções dos nossos decisores políticos, que estariam enquadradas na

definição de Pork Barrel. O capítulo 3 faz um enquadramento legal sobre o PIDDAC e apresenta a evolução, ao longo do período estudado, da afectação das verbas no PIDDAC Regionalizado – Mapa XV-A. Neste mesmo capítulo, é apresentado um estudo mais aprofundado das verbas em PIDDAC, que vai dar a conhecer as disparidades entre os municípios e regiões. No capítulo 4 são apresentados os dados e respetiva metodologia de análise; o modelo econométrico e os resultados obtidos. Ainda neste mesmo capítulo vou apresentar algumas implicações políticas que podemos retirar na análise dos resultados obtidos. No capítulo 5 conclui-se o trabalho.

2. Revisão Bibliográfica sobre Pork barrel

A origem de “*Pork Barrel*” remonta aos tempos da escravidão antes da Guerra Civil nos Estados Unidos da América, em que era dado um barril de “salt pork” aos escravos, fazendo com que estes competissem entre si por um quinhão desse porco conservado em sal. Na actualidade, este conceito de competição existe na política, no sentido em que os políticos tentam garantir para si a maior quantidade de verbas disponíveis, para poderem satisfazer o eleitorado, o que por sua vez aumenta a probabilidade de voltar a ser eleito (Ferejohn, 1974), e para poderem satisfazer grupos de interesses importantes (Olson, 1965). Apesar de ser um termo que teve origem nos Estados Unidos da América (EUA), é algo que pode ser facilmente observável em qualquer parte do mundo e Portugal não é excepção.

Mas foi mais no séc. XX que a expressão “Pork Barrel” começou a fazer parte do léxico político dos EUA. Inicialmente esta expressão era utilizada para indicar os recursos financeiros de um país Federado que depois seriam distribuídos pelos diferentes Estados. Mas facilmente esta expressão ganhou conotação negativa. Com o passar do tempo, os contribuintes e eleitores dos EUA aperceberam-se da manipulação política dos seus impostos, por motivos eleitorais e pós eleitorais.

É de comum à maioria dos políticos a pretensão de se manter o máximo de tempo possível no posto para o qual foram eleitos. Para que se possam manter no seu posto por mais tempo, estes tendem a expressar a sua competência através de obras e gastos pela comunidade/região pelo qual

foram eleitos. Nos ciclos políticos, o candidato que está no poder tende a aumentar os gastos à medida que se aproximam as eleições (Drazen e Eslava 2005), com o intuito de demonstrar a sua competência e o seu elevado contributo para os seus eleitores, ou seja, o governo pode tentar sinalizar competência aos eleitores em obras mais visíveis para vencer as eleições (Veiga e Veiga 2007).

Na visão actual do conceito, *Pork Barrel* pode ser definido como uma estratégia eleitoralista assente em medidas que visam desenvolver ou beneficiar, do ponto de vista económico, uma determinada área ou espaço geográfico (região) sendo que os custos destas medidas são imputados a todos os contribuintes do país. Nos Estados Unidos da América, o termo “*Políticas de Pork Barrel*” é muito usado para definir aquelas medidas que são executadas pelos governantes com o intuito de originar retorno político, que por norma assume a forma de votos ou apoio político aos responsáveis pela existência daquela medida naquela região (McMenemy, 2001). Os gastos de *Pork Barrel* ou *Pork Barrel spending* é uma expressão que caracteriza aquilo que é o desperdício de recursos financeiros, na execução das medidas políticas oportunistas de *Pork Barrel*.

A grande motivação para que muitos economistas continuem a estudar a existências de “*Pork Barrel*”, prende-se com a sua ineficiência económica e geográfica assim como pela evidência corrente. Muitos destes projectos são dispensáveis e ineficientes, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista social. Na maioria destes projectos, além de produzirem efeitos apenas naquela região, o retorno é inferior ao seu custo geral (Lancaster e Patterson 1990). Mas são úteis para que os responsáveis pela sua elaboração continuem

a ocupar os cargos políticos que lhes permitiram aprovar estes projectos, que na sua maioria, são financiados por impostos de todos os contribuintes de um país.

Para ser reeleito, o candidato a determinado posto político ou o actual governante sentem a necessidade de demonstrar aos seus eleitores (que estão circunscritos a uma determinada área e espaço geográfico) que têm feito muito pelo desenvolvimento e crescimento daquela região. Mas, como os discursos por si só não ganham eleições, os responsáveis políticos sentem-se atraídos a beneficiar e a dotar de recursos financeiros uma região que seja muito importante na sua reeleição, em detrimento de uma outra (ou outras) com menos importância para a sua continuação no posto que ocupa (Larcinese, Rizzo e Testa 2007).

Mas temos de ver que para além da importância que têm as “Políticas Pork Barrel” para a eleição existe o efeito de manutenção do estado de graça e satisfação dos eleitores que votaram no actual político eleito. Os políticos responsáveis pela gestão de fundos da administração central para as regiões do seu país irão sentir-se atraídos a beneficiar aqueles que depositaram em si a confiança, funcionando como um pagamento de dívidas eleitorais (Lancaster e Patterson 1990). Cox e McCubbins (1986) argumentam que os executivos nacionais são avessos ao risco, e como tal, tendem a investir nas regiões em que têm mais apoio. Por oposição a esta argumentação, Lindbeck e Weibull (1987, 1993) e Dixit e Londgren (1998) argumentam que os governos tendem a afectar mais despesa para regiões que variam os seus votos, ou seja, para os eleitores que não têm uma preferência declarada nem para o governo actual ou para os partidos da oposição. Em Portugal, Veiga e Pinho (2007) chegam à

conclusão que os resultados obtidos vão ao encontro da argumentação de autores como Weibull (1987, 1993) e Dixit e Londgren (1998).

São três os argumentos que explicam a aceitação ou aprovação de projectos ou medidas que produzem efeitos apenas num reduzido espaço geográfico, mas que são financiados por todos os contribuintes de acordo com Drazen (2002). O primeiro argumento prende-se com a diferença entre os benefícios e custos per capita inerentes à aplicação daquele projecto naquela região, ou seja, o contribuinte que beneficia daquele projecto tem tendência a reivindicar aquela medida porque o seu benefício é superior quando comparado com o custo para si, visto que, todos os contribuintes irão financiar mesmo que não beneficiem dele. O que temos neste caso é uma ilusão por parte do contribuinte que não tem a percepção do impacto global na aplicação deste “Pork”. No Segundo argumento temos que os programas/projectos além de gerar benefícios económicos, geram ainda benefícios políticos, fazendo com que se dê origem a um efeito de escala na aprovação dos projectos, efeito maior do que seria possível se fossem escolhidos apenas com razões puramente económicas. Weingast (1981, 1984) e Weingast, Shepsle e Johnsen (1981) defendem que os gastos para financiar projectos públicos são muitas vezes desproporcionais na afectação para determinados distritos, o que para os eleitores é visto como um benefício. O argumento é de que os gastos com estas obras originam novos postos de trabalho, o que produz um efeito positivo na taxa de emprego e no rendimento daquela região. Por fim, o último argumento refere-se à troca de votos entre os deputados. Para que o deputado veja aprovadas as suas propostas, é necessário o voto de deputados de outras regiões e partidos. Assim, os deputados tendem a aprovar tacticamente

determinados projectos de deputados de outras regiões e até mesmo partidos, esperando reciprocidade desses mesmos deputados (Buchanan e Tullock, 1962) aquando da apresentação das suas propostas. Chari e Cole (1993) apresentam ainda um modelo que comprova que esta negociação de votos durante uma legislatura leva a gastos excessivos em projectos com benefícios concentrados e custos difusos.

No sentido de poder sustentar algumas das afirmações apresentadas anteriormente, vou apresentar o modelo de Weingast, Shepsle e Johnsen (1981) apoiando-me na capacidade descritiva e de síntese presente no livro “*Political Economy In Macroeconomics*” de Allan Drazen (2002) sobre este mesmo assunto. Os projectos são direccionados para os distritos de acordo com ordenação geográfica e legislativa do país. Assumimos que existem J distritos legislativos. Um projecto de dimensão g num distrito legislativo origina benefícios económicos para o distrito em $u(g)$ onde $u(.)$ é uma função côncava positiva.

O total de recursos gastos no projecto $\zeta(g)$ é decomposto em três componentes, $\zeta(g) = \zeta_1(g) + \zeta_2(g) + \zeta_3(g)$ onde:

- $\zeta_1(g)$ = despesa real em recursos de “inputs” dentro do distrito;
- $\zeta_2(g)$ = despesa real de recursos em “inputs” fora do distrito;
- $\zeta_3(g)$ = gastos reais dos recursos para além da despesa de “inputs”

imposta no distrito devido ao projecto.

Os projectos são financiados através das receitas geradas pelos impostos, onde o imposto total cobrado pelo projecto é $T(g) = \tau_1(g) + \tau_2(g)$. Isto é aplicado a todos os distritos de acordo com sua parte do imposto τ^j para cada um dos $j \in J$ distritos, onde $\sum_j \tau^j = 1$. A dimensão do Projecto é escolhida através do equilíbrio onde o benefício marginal é igual ao custo marginal ($u'(g) = \zeta'(g)$), ou seja, a dimensão do projecto é economicamente eficiente. Tendo em conta as características das funções $u(\cdot)$ e $\zeta(\cdot)$ obtemos uma determinada dimensão para o projecto que designamos de g^{eff} . De salientar que a mesma solução será obtida se cada distrito observar que está a pagar $1/J$ th do custo do imposto para J projectos identicos.

No que diz respeito á organização dos sistemas Políticos Democráticos, os deputados representam círculos eleitorais que por sua vez representam um espaço geográfico específico, o que origina dois efeitos importantes. Primeiro, no distrito j , o custo em termos de imposto de projecto não é observado como $T(g)$, mas como $\tau^j T(g)$. Ou seja, no distrito j é apenas observado o imposto cobrado por cada habitante e não o gasto total do projecto. Segundo, despesas em inputs do projecto são geralmente direccionadas para o distrito onde o projecto é construído, com estes recursos a serem vistos como um benefício do projecto, uma vez que eles representam um ganho para os proprietários dos factores de produção dentro do distrito. Este é um benefício crucial para o modelo de Weingast - Shepsle – Johnsen. Tendo em conta esta configuração política, eles começam com o caso de “universalismo ao extremo” onde cada legislador independente determina o projecto e qual a escala para construir um

projecto. Os dois efeitos políticos influenciam na escolha de um Projecto para o distrito. Assim, o deputado do distrito j visa maximizar a seguinte expressão:

$$[u(g) + \zeta_1(g)] - [\zeta_3(g) + \tau^j T(g)]$$

Onde o primeiro termo entre parênteses representa os benefícios privados do distrito, inclusive os recursos gastos no distrito, e o segundo representa outros custos excluindo os recursos, acrescidos dos custos da aplicação do imposto. Isto leva-nos à seguinte expressão de primeira ordem:

$$u'(g) + \zeta'_1(g) = \tau^j (\zeta'_1(g) + \zeta'_2(g)) + \zeta'_3(g)$$

Vamos chamar à solução desta condição de g^{pol} . Facilmente podemos observar que (desde que $u'(g^{eff}) > \zeta'_3(g^{eff})$) se $\zeta'_1(g) > \tau^j (\zeta'_1(g) + \zeta'_2(g))$, ou seja, se as despesas locais num projecto crescerem mais rapidamente do que os impostos pagos localmente com o aumento do tamanho do projecto, então $g^{pol} > g^{eff}$. Weingast, Shepsle e Johnsen (1981) argumentam que nesta condição é muito provável que se observe um τ^j geralmente muito pequeno, logo os deputados mais criativos vão arranjar projectos que satisfaçam essa condição. Portanto, Weingast, Shepsle e Johnsen (1981) chegam à conclusão de que com uma escolha descentralizada dos projectos por parte dos deputados e com uma tributação dispersa, os benefícios políticos que os deputados associam aos projectos leva a que se aprovem projectos acima do nível economicamente eficiente.

Baron (1991) tem uma conclusão muito próxima do modelo anterior. Baron conclui que, a distinção entre benefícios económicos e benefícios políticos é crucial para os resultados. Por vezes há uma dupla contagem dos benefícios, da mesma forma como as despesas servem como um substituto para transferências específicas que são fulcrais para os deputados, uma vez que produzem um enorme benefício em termos eleitorais para os mesmos deputados.

Actualmente o termo “Pork Barrel” já faz parte do léxico político de países como Austrália, Nova Zelândia e até mesmo do Reino Unido. Uma expressão muito próxima é a de “election Pork” que é usada na Dinamarca (valgflæsk) e Suécia (valfläsk) que representam as promessas antes das eleições (cfm. em Nationalencyklopedin, NE Nationalencyklopedin AB. Article Valfläsk).

Estes projectos *Pork Barrel* representam assim alguns dos principais mecanismos de manipulação política e oportunismo eleitoralista.

2.1 Pork Barrel e o sistema eleitoral de Portugal

Um partido para governar necessita pelo menos de ser o mais votado em eleições legislativas, bem como as suas propostas, para serem aceites na Assembleia da República têm de superar o voto negativo da oposição (Artigo nº 168 da Constituição da República Portuguesa). Na Assembleia da República cada região/distrito eleitoral tem o seu peso, que se faz representar por deputados. Cada região tem direito a eleger um número de deputados de acordo com o número de eleitores, sendo que os círculos eleitorais com o maior número de eleitores elegem mais deputados para a Assembleia da República que os de menor número (Artigo nº 149 da Constituição da República Portuguesa).

Para que as propostas legislativas possam ser aprovadas existe a necessidade de o numero de deputados a favor ser superior que o numero de deputados contra. É aqui que o peso dos seus ciclos eleitorais influenciam o resultado final. Num artigo realizado por Veiga e Pinho (2007), os resultados apresentam uma forte evidência para um aumento de subsídios/transferências durante anos eleitorais, e os municípios com maior número de eleitores indecisos recebem mais transferências, com maior particularidade para os primeiros anos da democracia.

Mediante esta realidade, podemos observar que o sistema político português é permeável à existência de políticas “Pork Barrel”. O partido do executivo poderá sentir a tentação de beneficiar financeiramente aquelas regiões (Distritos, Municípios e Freguesia) que mais importância têm para a

sua reeleição, bem como, podem demonstrar a sua gratidão para com as regiões que foram importantes na sua eleição. As obras que venham a ser feitas numa região durante o período de governação do partido do poder vão influenciar positivamente as opiniões dos eleitores e contribuintes a favor do Executivo e, conseqüentemente, dos deputados da mesma cor do Executivo, que foram eleitos naquele ciclo eleitoral. Neste âmbito, Veiga e Veiga (2010) concluem que as transferências do executivo nacional para os municípios aumentam em anos de eleições para segurarem os votos, e que essas transferências são orientadas para jurisdições em que o executivo enfrenta risco de perder apoio.

Com esta noção presente no senso comum dos deputados, o Governo da República cedo se apercebe da importância de garantir o apoio dos mesmos, na aprovação das suas medidas (de acordo como o Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007). Os deputados para continuarem a aprovar e a apoiar o trabalho do Governo, podem tentar trazer para a sua região, mais alguns projectos que serão aprovados pelo Governo e, de preferência, financiados pelo Estado.

Mas, não menos pertinente é a importância da cor partidária dos vereadores eleitos para o executivo municipal na obtenção de recursos financeiros para concluir as suas obras. Um político oportunista irá beneficiar os municípios que tenham mais vereadores do seu partido, uma vez que este sabe que ao afirmar a competência dos vereadores do município através da aprovação de projectos para aquele município, vai beneficiar da associação dessa competência ao partido e garantir mais popularidade tanto para os vereadores que estão no executivo município como para o executivo nacional.

Caso se observe este comportamento, podemos concluir que também se trata de um comportamento político oportunista, que vai ao encontro da definição de uma “Política Pork Barrel”.

3 O Programa de investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)

O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) é uma secção do Orçamento do Estado onde se projecta a despesa pública de investimento da Administração Central. Este deverá incluir todas as despesas de apoio ao investimento de outros sectores institucionais através de subsídios e transferências designadamente no âmbito dos "sistemas de incentivos" e de esquemas de colaboração com entidades exteriores à Administração Central, ou seja, todos os apoios ao investimento de outros sectores/subsectores (empresas privadas, outras entidades públicas, empresas públicas e administração local) e todas as fontes de financiamento associadas a todos os projectos (fundos nacionais e fundos comunitários).

O PIDDAC era orçamentado e planeado nos Mapa XV e Mapa XV-A (regionalizado) do Orçamento do Estado, sendo que era publicado pela Direcção Geral do Orçamento e Departamento de Prospectiva e Planeamento nas suas circulares anuais. Mas é o mapa XV-A do Orçamento de Estado aquele que está mais em foco no estudo, que "regionaliza" a despesa inerente ao PIDDAC, de acordo com a Lei nº91/2001 de 20 de Agosto – Lei do Enquadramento Orçamental (revista pela Lei nº48/2004 de 24 de Agosto), onde se enunciam os programas e medidas a serem executados e as suas respectivas fontes de financiamento por distrito, em conformidade com as regras relativas aos programas e medidas expressas no Decreto Lei nº131/2003, de 28 de Julho.

São as suas principais fontes de financiamento o próprio Orçamento de Estado (Capº 50 do Orçamento de Estado), a comparticipação comunitária, e os recursos próprios dos fundos e serviços autónomos, incluindo não só o auto-financiamento mas também o crédito contratado directamente pelas entidades.

O PIDDAC, ao ser apresentado no Orçamento de Estado, significa que é elaborado e pensado pelo Governo. Os governantes discutem sobre os projectos que têm em carteira e a necessidade de financiamento sendo que têm de medir a importância de cada um deles, uma vez que, os projectos podem ter influência nacional, regional ou de concelhia. Através de Mourão e Cunha (2012) foi possível observar estes comportamentos oportunistas por parte do nosso governo a nível distrital.

Na análise dos dados do PIDDAC para os municípios, é possível analisar se existe o benefício dos municípios em que foram eleitos mais vereadores no executivo municipal, da mesma cor do executivo nacional. A evidência de um favorecimento partidário de um município seria revelador de um comportamento que vai ao encontro das hipóteses apresentadas anteriormente das políticas de Pork Barrel.

3.1 PIDDAC Regionalizado - Mapa XV-A

Para provar a existência (ou não) de Pork Barrel, é necessária uma análise pormenorizada prévia dos dados disponíveis sobre o PIDDAC, essencialmente os dados referentes ao Mapa regionalizado, pois é nesse documento que estão discriminadas as transferências da administração central para as regiões de Portugal.

As despesas foram agrupadas por dois períodos de tempo que correspondem a dois mandatos de governação PSD-CDS/PP (2002-2005) e PS (2006-2009):

Tabela 1 - PIDDAC por Distritos de 2002-2005

	2002		2003		2004		2005		Total	
Distritos	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%
aveiro	285.230.016,00 €	5,32%	303.789.106,00 €	6,14%	292.384.758,00 €	6,69%	254.789.382,00 €	5,15%	1.136.193.262,00 €	5,79%
beja	186.322.678,00 €	3,48%	132.674.296,00 €	2,68%	157.050.814,00 €	3,60%	134.692.248,00 €	2,72%	610.740.036,00 €	3,11%
braga	358.267.100,00 €	6,69%	256.990.820,00 €	5,20%	241.225.392,00 €	5,52%	182.649.143,00 €	3,69%	1.039.132.455,00 €	5,30%
bragança	125.062.620,00 €	2,33%	105.013.529,00 €	2,12%	111.713.526,00 €	2,56%	94.710.638,00 €	1,91%	436.500.313,00 €	2,23%
castelo branco	148.272.590,00 €	2,77%	106.714.557,00 €	2,16%	98.782.595,00 €	2,26%	124.804.765,00 €	2,52%	478.574.507,00 €	2,44%
coimbra	218.163.355,00 €	4,07%	208.129.107,00 €	4,21%	170.650.123,00 €	3,91%	231.777.336,00 €	4,69%	828.719.921,00 €	4,22%
évora	135.804.103,00 €	2,53%	127.904.393,00 €	2,59%	99.403.350,00 €	2,28%	151.890.735,00 €	3,07%	515.002.581,00 €	2,63%
faro	333.701.872,00 €	6,23%	262.601.957,00 €	5,31%	241.310.558,00 €	5,52%	262.267.885,00 €	5,30%	1.099.882.272,00 €	5,61%
guarda	98.996.649,00 €	1,85%	90.556.651,00 €	1,83%	75.425.723,00 €	1,73%	103.284.177,00 €	2,09%	368.263.200,00 €	1,88%
leiria	150.697.586,00 €	2,81%	158.160.923,00 €	3,20%	147.055.304,00 €	3,37%	120.171.106,00 €	2,43%	576.084.919,00 €	2,94%
lisboa	1.233.398.011,00 €	23,02%	933.927.988,00 €	18,89%	838.789.398,00 €	19,20%	1.169.517.343,00 €	23,64%	4.175.632.740,00 €	21,29%
portalegre	92.316.048,00 €	1,72%	85.151.850,00 €	1,72%	70.441.464,00 €	1,61%	85.972.494,00 €	1,74%	333.881.856,00 €	1,70%
porto	1.022.413.659,00 €	19,08%	1.183.798.588,00 €	23,94%	862.479.818,00 €	19,74%	1.202.378.625,00 €	24,31%	4.271.070.690,00 €	21,77%
santarém	199.239.528,00 €	3,72%	243.160.697,00 €	4,92%	180.515.374,00 €	4,13%	233.430.559,00 €	4,72%	856.346.158,00 €	4,37%
setúbal	363.909.109,00 €	6,79%	358.395.397,00 €	7,25%	365.270.711,00 €	8,36%	219.963.287,00 €	4,45%	1.307.538.504,00 €	6,67%
viana do castelo	118.733.742,00 €	2,22%	108.729.530,00 €	2,20%	77.995.793,00 €	1,79%	54.771.353,00 €	1,11%	360.230.418,00 €	1,84%
vila real	96.044.914,00 €	1,79%	97.880.622,00 €	1,98%	109.819.247,00 €	2,51%	106.341.108,00 €	2,15%	410.085.891,00 €	2,09%
viseu	167.545.666,00 €	3,13%	135.681.616,00 €	2,74%	128.707.071,00 €	2,95%	125.731.391,00 €	2,54%	557.665.744,00 €	2,84%
ra açores	13.730.406,00 €	0,26%	27.840.706,00 €	0,56%	70.026.447,00 €	1,60%	63.502.419,00 €	1,28%	175.099.978,00 €	0,89%
ra madeira	9.486.684,00 €	0,18%	17.313.552,00 €	0,35%	29.324.917,00 €	0,67%	24.005.667,00 €	0,49%	80.130.820,00 €	0,41%
Total:	5.357.336.336,00 €		4.944.415.885,00 €		4.368.372.383,00 €		4.946.651.661,00 €			

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela 2 - PIDDAC por Distritos de 2006-2009

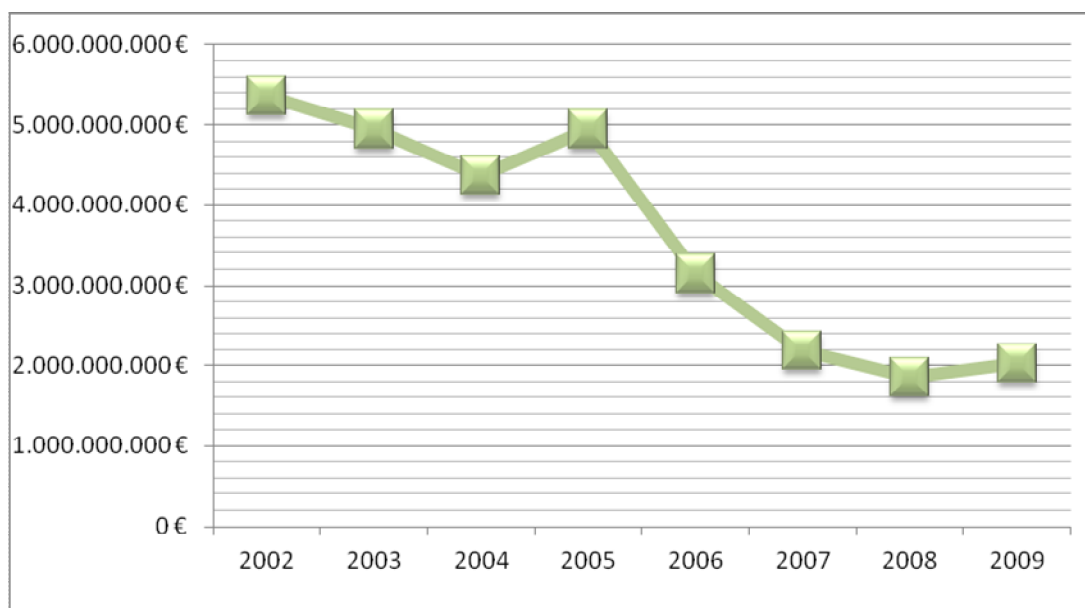
	2006		2007		2008		2009		Total	
Distritos	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%	Piddac	%
aveiro	219.278.363,00 €	6,97%	127.449.402,00 €	5,83%	63.581.221,00 €	3,42%	111.483.341,00 €	5,51%	521.792.327,00 €	5,66%
beja	91.300.332,00 €	2,90%	79.524.207,00 €	3,64%	92.997.114,00 €	5,01%	71.578.985,00 €	3,54%	335.400.638,00 €	3,64%
braga	111.982.328,00 €	3,56%	72.390.423,00 €	3,31%	62.284.881,00 €	3,35%	100.144.682,00 €	4,95%	346.802.314,00 €	3,77%
bragança	59.149.336,00 €	1,88%	65.611.505,00 €	3,00%	45.135.453,00 €	2,43%	88.611.295,00 €	4,38%	258.507.589,00 €	2,81%
castelo branco	127.441.143,00 €	4,05%	62.962.108,00 €	2,88%	62.131.833,00 €	3,35%	39.777.038,00 €	1,97%	292.312.122,00 €	3,17%
coimbra	170.837.417,00 €	5,43%	148.911.828,00 €	6,82%	140.457.903,00 €	7,56%	105.214.452,00 €	5,20%	565.421.600,00 €	6,14%
évora	105.698.322,00 €	3,36%	81.991.535,00 €	3,75%	71.699.564,00 €	3,86%	56.800.994,00 €	2,81%	316.190.415,00 €	3,43%
faro	171.860.596,00 €	5,46%	105.165.144,00 €	4,81%	95.225.021,00 €	5,13%	99.991.212,00 €	4,94%	472.241.973,00 €	5,13%
guarda	68.773.489,00 €	2,19%	68.113.248,00 €	3,12%	57.890.610,00 €	3,12%	55.413.562,00 €	2,74%	250.190.909,00 €	2,72%
leiria	92.836.069,00 €	2,95%	50.028.308,00 €	2,29%	52.072.177,00 €	2,80%	44.555.177,00 €	2,20%	239.491.731,00 €	2,60%
lisboa	766.367.440,00 €	24,36%	510.528.224,00 €	23,37%	480.171.316,00 €	25,85%	400.217.437,00 €	19,79%	2.157.284.417,00 €	23,42%
portalegre	55.625.670,00 €	1,77%	59.696.996,00 €	2,73%	45.328.226,00 €	2,44%	27.669.759,00 €	1,37%	188.320.651,00 €	2,04%
porto	541.989.772,00 €	17,23%	323.835.304,00 €	14,82%	282.526.966,00 €	15,21%	351.487.499,00 €	17,38%	1.499.839.541,00 €	16,28%
santarém	150.079.479,00 €	4,77%	92.927.850,00 €	4,25%	48.428.894,00 €	2,61%	62.559.496,00 €	3,09%	353.995.719,00 €	3,84%
setúbal	192.576.391,00 €	6,12%	131.786.549,00 €	6,03%	93.865.680,00 €	5,05%	178.572.611,00 €	8,83%	596.801.231,00 €	6,48%
viana do castelo	35.442.552,00 €	1,13%	44.046.877,00 €	2,02%	27.988.943,00 €	1,51%	42.392.613,00 €	2,10%	149.870.985,00 €	1,63%
vila real	61.401.350,00 €	1,95%	70.106.468,00 €	3,21%	51.957.089,00 €	2,80%	72.928.236,00 €	3,61%	256.393.143,00 €	2,78%
viseu	77.126.719,00 €	2,45%	60.514.739,00 €	2,77%	54.652.891,00 €	2,94%	70.699.348,00 €	3,50%	262.993.697,00 €	2,86%
ra açores	12.657.525,00 €	0,40%	10.557.902,00 €	0,48%	23.269.372,00 €	1,25%	36.801.107,00 €	1,82%	83.285.906,00 €	0,90%
ra madeira	34.063.534,00 €	1,08%	18.519.263,00 €	0,85%	5.757.513,00 €	0,31%	5.472.341,00 €	0,27%	63.812.651,00 €	0,69%
Total	3.146.487.827,00 €		2.184.667.880,00 €		1.857.422.667,00 €		2.022.371.185,00 €			

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Numa análise sobre estas tabelas que dizem respeito ao PIDDAC por distrito, podemos observar que as regiões mais desenvolvidas e com maior número de eleitores, são constantemente as mais beneficiadas quando comparadas com regiões menos desenvolvidas, quando o PIDDAC poderia estar a ser utilizado como um instrumento de combate às assimetrias regionais. Só Lisboa e Porto juntas recebem mais de 40% do PIDDAC em termos globais. As duas regiões com maior número de votos absorvem quase metade do “Barril de Porco” do PIDDAC, em ambos os períodos observados.

Denota-se que o Governo de uma forma geral tem vindo a dispensar cada vez menos verbas para este instrumento de possível combate das assimetrias regionais. Excepção para os anos eleitorais 2005 e 2009 que, por coincidência ou não, vieram inverter esta tendência negativa:

Figura 1 - PIDDAC de 2002-2009



Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

De acordo com a Figura 1 de 2002 para 2009, o Governo cortou em mais de 60% as transferências do PIDDAC para os distritos.

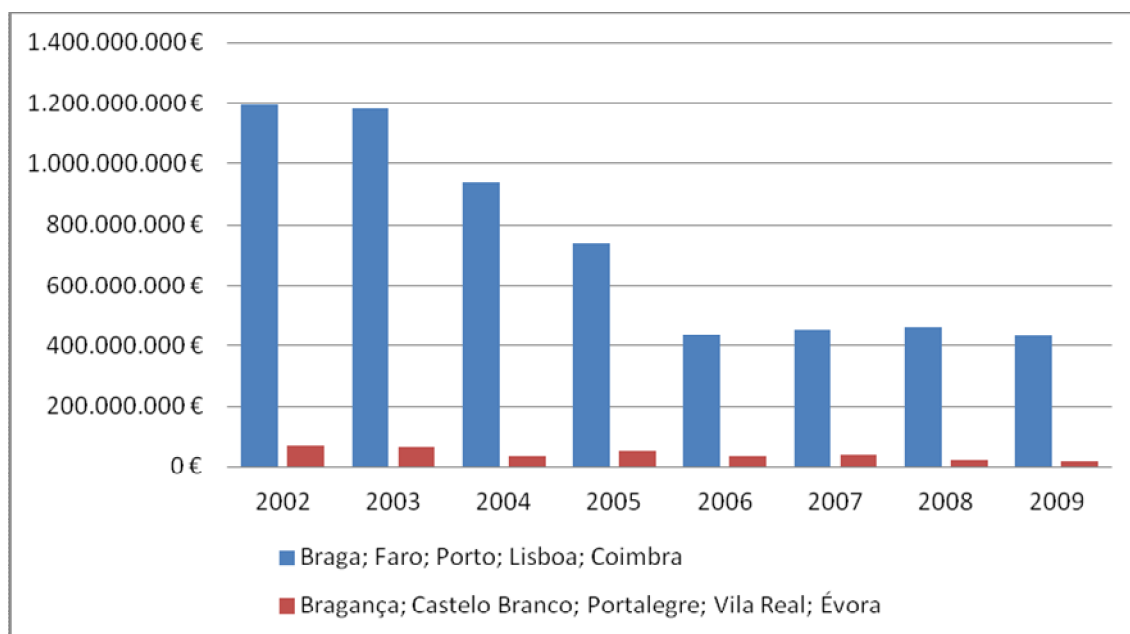
A crise financeira actual é apontada, nos discursos oficiais, como a maior razão para explicar esta tendência negativa. Mas mesmo com a crise que observamos actualmente, o Governo da República Portuguesa quebrou esta tendência em 2005 e 2009. Quando analisamos esta situação e, sabendo que o PIDDAC não tem de obedecer a algum critério legislado de afectação das verbas, a justificação para que nessas duas datas se tenha observado este *ligeiro* esforço do Governo, parece apontar a presença de Ano de Eleições Legislativas.

No sentido de poder dar a conhecer as disparidades nas transferências de PIDDAC para os Municípios, decidi escolher 5 dos Municípios (sediados em

capitais de distrito) que mais recebem em PIDDAC (Azul: Braga; Coimbra; Porto; Lisboa; Faro) e 5 dos Municípios que menos recebem em PIDDAC (Vermelho: Bragança; Castelo Branco; Portalegre; Vila Real; Évora).

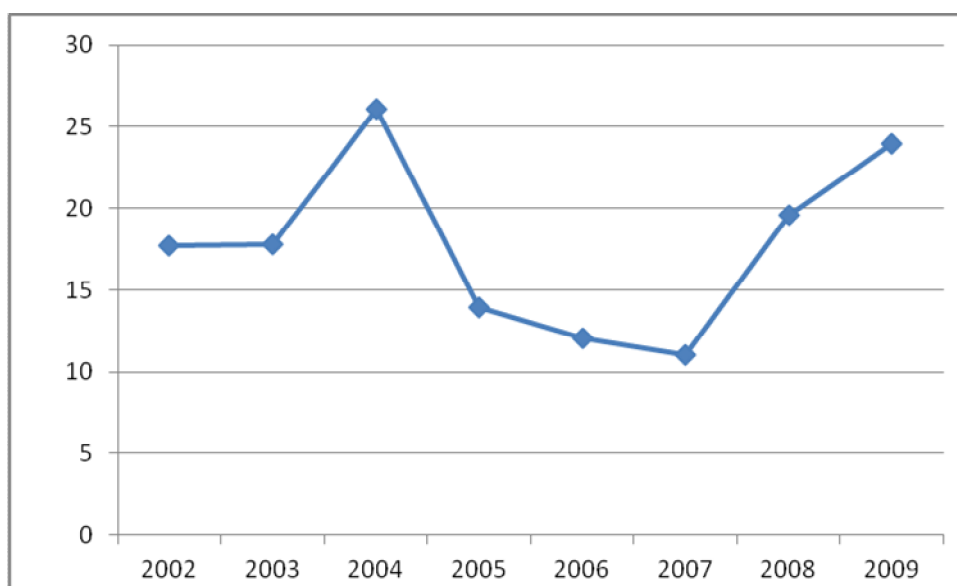
Os Seguintes gráficos Ilustram o que referi acima:

Figura 2 - Somatório do PIDDAC recebido por cada grupo de 5 Municípios



Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Figura 3 - Rácio entre os somatórios de cada grupo de 5 municípios



Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Quando nos debruçamos sobre os dados de PIDDAC relativos aos Municípios, as desigualdades são ainda mais evidentes. O grupo onde se encontra o Município de Lisboa, recebeu em média mais de 1770% por ano em PIDDAC entre 2002-2009, comparativamente com o grupo onde se encontra o Município de Bragança, sendo que, as desigualdades são ainda mais acentuadas nos anos 2004 e 2009 em que receberam mais 2600% e 2390% respectivamente, comparando com o outro grupo de municípios. Mas, apesar de seguirem uma tendência negativa de ano para ano, as desigualdades continuam a permanecer. Ainda relativamente à figura 2, podemos observar que de 2006 até 2009 os municípios onde se encontra o Município de Lisboa, receberam em PIDDAC sempre uma quantia global superior a 400 milhões de euros em cada ano, enquanto que, os municípios do outro grupo viram a suas verbas serem reduzidas em 2009 para pouco mais de 18 milhões de euros no

somatório das verbas recebidas por todos os municípios integrantes nesse grupo. Em termos comparativos, é evidente que temos aqui um fosso enorme entre estes dois grupos que estão em análise. Mas, se analisarmos os valores de 2002 e 2003 na figura 2, podemos observar que em termos nominais, o grupo onde se encontra agregado o Município de Lisboa, recebeu mais de um bilhão de euros do que o conjunto de municípios que tem contabilizado as verbas do PIDDAC do município de Castelo Branco.

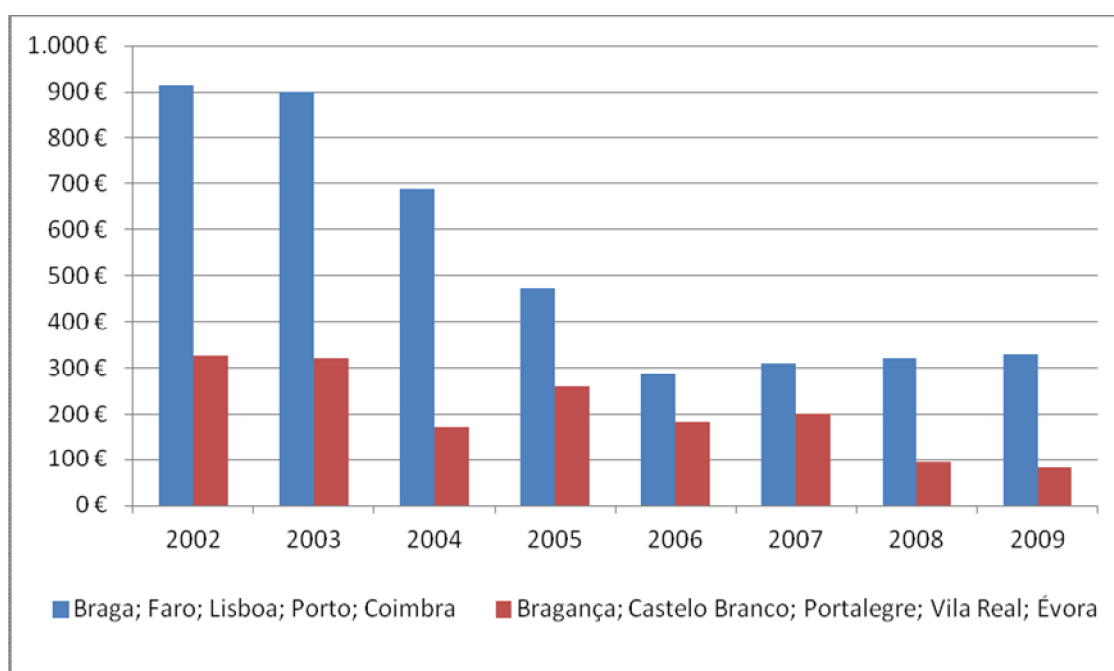
O gráfico da Figura 3 reflecte a disparidade ao longo do tempo. Em 2004 podemos ver que o grupo de municípios onde se encontra incluído o município de Lisboa recebeu mais de 25 vezes em PIDDAC do que o grupo onde figura o município de Castelo Branco. As disparidades pareciam estar a ser atenuadas a partir de 2004, mas novamente em 2008 temos uma nova forma desigual de afectação do PIDDAC para os municípios. Sendo que, em 2009 o grupo de municípios onde se encontra incluído o município do Porto chega a receber quase 25 vezes mais em PIDDAC do que o grupo onde figura o município de Castelo Branco, voltando assim a valores, referente à disparidade, muito próximos dos valores enunciados em 2004.

Este comportamento além de reflectir um favorecimento de algumas regiões, demonstra indícios de uma atitude eleitoralista que visa beneficiar municípios que se encontrem em ciclos eleitorais com maior peso para a formação da Assembleia da República.

Um decisor político poderia argumentar que o investimento total em determinadas regiões se devia ao seu número de habitantes, justificando assim a necessidade de investimento alargados em regiões mais povoadas. Por considerar que este seria um argumento válido por parte do decisor político, no

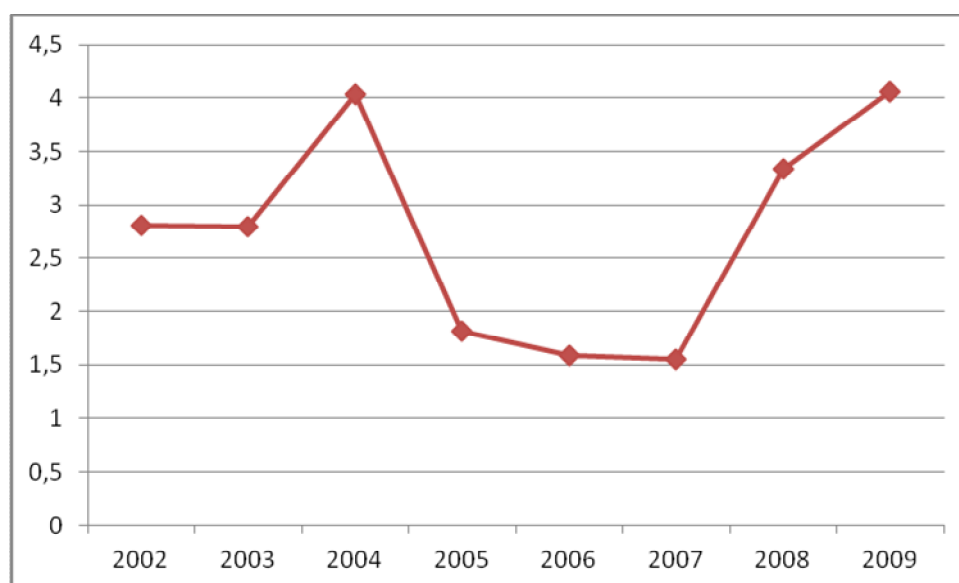
sentido de justificar a afectação do PIDDAC para os Municípios, resolvi fazer uma análise sobre o PIDDAC Per Capita para os municípios em análise, reflectindo assim o capital gasto por habitante em PIDDAC para cada grupo de município:

Figura 4 - PIDDAC Percapita Médio por cada grupo de 5 Município



Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Figura 5 - Rácio entre os Somatórios de cada grupo de 5 Municípios



Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

A figura 4 pretende suscitar uma reflexão sobre a importância de cada habitante na afectação da despesa do PIDDAC para cada município. O que fizemos foi dividir o somatório do PIDDAC recebido por cada grupo pelo número de habitantes existentes nesse mesmo grupo de Municípios. É evidente que o Executivo nacional tem uma predisposição superior para investir por habitante no grupo de municípios onde se encontram contabilizados os dados do Município de Lisboa, face ao grupo de municípios onde está inserido o município de Vila Real, revelando assim que o argumento de investir mais devido a ter mais habitantes é um argumento razoável quando podemos analisar ao pormenor os dados de afectação do PIDDAC por habitante para os municípios.

Apesar de os valores serem menos significativos que os valores sobre as verbas globais recebidas pelos municípios, continuam a ser reveladores de uma discrepância evidente no que toca à afectação do PIDDAC, o que o gráfico da Figura 5 consegue comprovar. Os resultados apresentados na Figura 5 dizem respeito ao rácio entre o somatório do PIDDAC Per Capita de um grupo face ao outro. As conclusões mais uma vez são semelhantes às obtidas nos gráficos anteriores, diferindo apenas na dimensão da disparidade com que afecta as despesas em PIDDAC para cada grupo. Podemos ver que os picos em que a disparidade aumentou substancialmente foram em 2004 e 2009. Mais uma vez, os decisores políticos pareciam demonstrar um tratamento mais igualitário, no que concerne á afectação do PIDDAC Per Capita, entre os dois grupos em análise entre 2005 e 2007, onde podemos observar uma diminuição entre a disparidade dos dois grupos. Mas a partir de 2007 observamos uma distracção dos decisores políticos para esta realidade, que culminou com os valores máximos de 2009 (também muito próximo dos valores de 2004) onde o somatório do PIDDAC Per Capita do grupo onde se encontra inserido o Município de Braga é mais de quatro vezes superior ao somatório do PIDDAC Per Capita do grupo onde se encontra inserido o Município de Évora.

Numa análise global dos gráficos apresentados neste ponto, podemos argumentar que, com esta atitude, o Executivo Legislativo português está a privar as regiões mais pobres de beneficiarem das externalidades positivas resultantes de um investimento mais contínuo e avultado nessas regiões, com mais projectos e obras que pudessem melhorar os índices económicos da região, fazendo com que o capital humano não se deslocasse para o litoral na

direcção das regiões mais desenvolvidas. Litoralização da afectação do PIDDAC é facilmente visível neste dois grupos, uma vez que, os municípios de Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real e Évora são municípios que se encontram no interior do território português. Utilizando a definição para municípios do litoral presente em Mourão e Barbosa (2009) onde se considera “interior” o território situado a este de 8º oeste (meridiano de Greenwich), exceptuando os municípios do Distrito do Algarve. O restante território a ocidente de 8º oeste e o Distrito do Algarve, são considerados “Litoral”.

A escolha dos municípios, que são alvo de análise neste ponto, não foi aleatória. São analisadas apenas capitais de distrito porque são municípios que têm mais influência na sua região/distrito. Se a minha escolha fosse apenas sobre os 5 municípios que recebem mais face aos 5 municípios que recebem menos, teríamos um fosso ainda mais acentuado, porque todos os anos muitos municípios não estão presentes nos mapas de PIDDAC. Na tabela descritiva que será apresentada no ponto seguinte (ponto 4), será possível analisar a dimensão da disparidade relativamente ao município em Portugal que recebe menos face ao que recebe mais em PIDDAC.

4. Metodologia de análise e Resultados

4.1 Modelo

Com base nos pressupostos debatidos nos Capítulos anteriores e tendo em conta a informação existente, o Modelo Empírico deste trabalho baseia-se na seguinte Equação:

$$piddac_{it} = const + \alpha 1 * piddac_{it-1} + \Omega Politicas_{it} + \Psi Ecsoci_{it} + \mu_i + \varepsilon_{it}$$

- $piddac_{it}$: variável dependente que se refere ao valor do PIDDAC real per capita (Nacional, Comunitário ou Total) do município i no ano t

- $piddac_{it-1}$: valor do PIDDAC real per capita (componentes Nacional e Comunitária, assim como o valor Total) do município i no ano anterior ao ano t

- $Políticas_{it}$: vector de variáveis políticas que explicam a afectação do PIDDAC (Nacional, Comunitário ou Total) para o município i no ano t

- $Ecsoci_{it}$: vector de variáveis Económico-Sociais que controlam a afectação do PIDDAC (Nacional, Comunitário ou Total) para o município i no ano t

- μ_i : Efeitos fixos do espaço

- ε_{it} : termo dos resíduos do modelo.

O Método de Momentos Generalizado (Generalized Method of Moments – GMM) desenvolvido por Arellano e Bond (1991) é o método de estimação utilizado, tendo em conta que, é o método estimação mais adequado e eficiente (menor enviesamento e maior precisão) para os casos em que i é grande para a t , i.e., quando a série temporal é reduzida (Wooldridge 2002). Usaram-se como instrumentos na estimação uma constante bem como o primeiro desfasamento das variáveis explicadas assim como as primeiras diferenças das variáveis explicativas.

A base de dados é também composta por variáveis políticas e variáveis económico-sociais (Variáveis explicativas sugeridas pela literaturas), sendo que, as verbas do PIDDAC transferidas para os municípios por habitante e em termos reais serão as nossas variáveis dependentes ou explicadas. No que diz respeito ao espaço temporal, foram considerados na base de dados toda a informação de 2002 até 2009. Durante este espaço de tempo foi possível observar cinco actos eleitorais. Três eleições legislativas (2002, 2005 e 2009) e duas eleições autárquicas (2005 e 2009). Como havia a simultaneidade em 2/3 das eleições legislativas com as autárquicas, optou-se por só se avaliar o efeito das eleições legislativas. Do resultado das legislativas, importa referir que houve uma mudança de executivo, onde o primeiro executivo com ideologia de Direita (2002-2005 PSD/CDS) acabou por terminar a sua governação em 2005 devido ao facto de o partido da oposição (PS) ter ganho com maioria absoluta,

dando origem a um novo executivo com ideologia de Esquerda (2006-2009 PS).

Mediante a análise deste período de tempo, foi possível analisar a influência da ideologia na afectação do PIDDAC bem como, testar se realmente existe alguma tendência para aumentar as despesas associadas quando estamos em anos eleitorais e, tendo em conta que temos cinco actos eleitorais durante este período (duas eleições autárquicas e três eleições legislativas), foi possível estudar a relevância de cada acto eleitoral para o decisor político na afectação do PIDDAC para o Município.

Durante este espaço de tempo foram ainda analisados factores de ordem geográfica e social, na medida em que é pertinente analisar a importância de factores como a área e a população na afectação das verbas em PIDDAC para os municípios.

Assim, com a consulta dos Orçamentos de Estado que se encontram disponíveis no sítio da Direcção Geral do Orçamento e no sítio do Departamento de Prospectiva e Planeamento nas suas circulares anuais, foi possível construir as seguintes variáveis:

Variáveis dependentes

“PIDDAC Nacional Per capita (log)”: valor em euros das verbas correspondentes à componente nacional transferidas em PIDDAC real (usando o IPC de 1981) por habitante para cada um dos municípios;

“PIDDAC Comunitário Per capita (log)”: valor em euros das verbas correspondentes à componente comunitária transferidas em PIDDAC real (usando o IPC de 1981) por habitante para os municípios;

“PIDDAC Total Per capita (log)”: valor em euros das verbas totais (componente nacional e comunitária) transferidas em PIDDAC real (usando o IPC 1981) por habitante para os municípios;

Com a consulta dos dados disponibilizados no sítio do Instituto Nacional de Estatística¹, foi possível construir as seguintes variáveis:

Variáveis Económico-Sociais

“% População com mais de 65 anos (log)”: Percentagem da população no município com idade igual ou superior 65 anos;

“População no concelho (log)”: Número de habitantes residentes no município;

“% Nacional da área (log)”: Percentagem nacional da área do município

Em alguns artigos que encontrei relacionados com o tema da minha dissertação, a idade da população (Larcinese, Rizzo, e Testa (2007)) e a população residente (Aidt, Veiga e Veiga (2010)) são factores que podem explicar alguns dos comportamentos dos decisores políticos. Incluímos previamente a área do município neste modelo, devido ao resultado de um trabalho relacionado com este tema realizado por mim e pelo Professor Paulo Mourão intitulado de “*Políticas Pork Barrel: Um estudo sobre o caso português do PIDDAC*” de 2010 publicado na revista Económica (Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense), em que encontramos evidência de que a área dos distritos era uma variável que influencia positivamente a afectação do PIDDAC para os distritos. A influência

¹ Anuários Regionais

desta variável em Mourão e Cunha (2012) era tão significativa (p-value de 1%), que não pude ignorar e deixar de incluir nesta minha dissertação. No entanto, nestas estimações prévias (para esta dissertação) a mesma variável ('área') não se revelou significativa pelo que se optou por continuar o trabalho sem a mesma.

Com a consulta dos Resultados Eleitorais no sítio da Direcção Geral de Administração Interna, foi possível construir as seguintes variáveis:

Variáveis Políticas

“% Nacional de freguesias do concelho (log)”: Percentagem nacional do número de freguesias que dizem respeito ao município;

“*Vereadores (log)*”: Número de Vereadores do mesmo partido que o executivo do Governo Nacional;

“*Eleitores no concelho (log)*”: Número de Eleitores residentes no município;

“*Ano Legislativas*”: Dummy que assume o valor 1 se for ano de eleições legislativas e 0 caso contrário;

“*P. Direita Executivo*”: Dummy que assume o valor 1 se o partido do Executivo do Governo nacional for de Ideologia de Direita e 0 caso contrário – foram considerados como sendo partidos de ideologia de direita os partidos PSD e CDS - Partido Social Democrata e o Centro Democrático e Social Partido Popular - por oposição, foram considerados como partidos de ideologia de esquerda os partidos BE, CDU e PS – Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) e o Partido Socialista

“P. Direita Município”: Dummy que assume o valor 1 se o partido que está na Câmara Municipal com maioria for de ideologia de Direita e 0 caso contrário – para os casos dos municípios em que uma lista independente obteve a maioria dos votos para câmara (elegeu o presidente de câmara), foram considerados como sendo municípios governados por um partido de direita, aqueles municípios em que os votos para o executivo local em partidos com ideologia de direita receberam mais votos que os opositores de esquerda. A consideração sobre a ideologia do partido do Município é a mesma que foi feita para a variável P. Direita Executivo, uma vez que, não existiu outro município que fosse governado por uma força partidária diferente.

Como podemos testar o efeito Pork Barrel no PIDDAC?

Para se verificar o efeito Pork Barrel, vão ser realizados testes de significância estatística para a variável “Vereadores do Executivo (log)” e para a variável “% Nacional de freguesias do concelho (log)” que indicia assembleias municipais maiores, logo uma proxy do número de ‘políticos/deputados’ locais.

Se a variável “% Nacional de freguesias do concelho (log)” for estatisticamente significativa podemos auferir que realmente as Freguesias têm peso no processo de afectação das transferências em PIDDAC para os municípios.

Se a variável “Vereadores do Executivo” for estatisticamente significativa e mediante a obtenção de um coeficiente de sinal positivo, podemos afirmar que quantos mais vereadores do mesmo partido do executivo nacional

presentes na composição do executivo municipal, maior serão as verbas afectas em PIDDAC para o município.

Logo, ao se verificar estas duas condições, podemos afirmar que se trata de um comportamento de favorecimento que se enquadra na definição de Política Oportunista de Pork Barrel apresentada e discutida no capítulo 2.

A tabela seguinte apresenta as estatísticas descritivas dos nossos dados.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das Varáveis do nosso modelo

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Min	Max
PIDDAC Total Nacional Per capita (log)	2464	-2,365016	3,081811	-10,471680	3,035207
PIDDAC Comunitário Real Per capita (log)	2464	-5,563418	4,497927	-10	3,426027
PIDDAC Total Real Per capita (log)	2464	-2,032932	3,236854	-10,471680	3,783149
População no concelho (log)	2464	9,753846	1,116280	6,075346	13,217250
Eleitores no concelho (log)	2464	9,623714	1,057848	5,849325	13,239510
% Nacional Freguesias do concelho (log)	2464	-6,077021	0,855591	-8,357024	-3,866508
% População com mais de 65 anos (log)	2464	-1,601703	0,307113	-2,495013	-0,863626
Vereadores (log)	2464	0,382556	2,559698	-10	2,079442
Ano Legislativas	2464	0,3745942	0,4841162	0	1
Gov direita	2464	0,5	0,5001015	0	1
Município Direita	2464	0,5284091	0,4992936	0	1

A base de dados é composta por 2464 observações para cada variável do nosso modelo. Podemos observar que a variável “ PIDDAC Comunitário Real Per capita (log) ” tem o maior desvio padrão, sendo a variável “ *Eleitores no concelho (log)* ” aquela que apresenta o valor máximo mais elevado de entre

todas as variáveis analisadas. Em termos de valor médio, podemos observar que o valor médio mais elevado pertence à variável “ *População no concelho (log)* ”.

Por oposição a estes valores observados da variável anterior, temos a variável “ % População com mais de 65 anos (log) ” que tem o menor desvio padrão, sendo que o valor máximo mais baixo de todas as variáveis utilizadas no modelo diz respeito à variável “ % Nacional Freguesias do concelho (log) “. No que diz respeito ao valor médio, temos novamente a variável “ % Nacional Freguesias do concelho (log) ” como a variável com o menor médio de toda a base de dados.

Tabela 4 – Variáveis explicativas

Variável Estudada	Referência Bibliográfica	Efeito esperado sobre o PIDDAC afeto
% Nacional Freguesias do concelho	Paulo Reis Mourão (2005)	+
Vereadores	Larcinese,V Rizzo,L e CeciliaTesta (2007)	+
Eleitores no concelho	Mourão,P e Cunha, E (2012)	+
% População com mais de 65 anos	Larcinese,V Rizzo,L e CeciliaTesta (2007)	+
População no concelho	Veiga,F e Veiga,L (2010)	+
Ano Legislativas	Veiga, L (2010)	+
Gov direita	S. Aidt,T Veiga,F e Veiga,L (2010)	-
Município Direita	S. Aidt,T Veiga,F e Veiga,L (2010)	-

4.2 Resultados

Neste ponto são apresentados, nas tabelas seguintes, os resultados onde analisamos a distribuição das verbas em PIDDAC (PIDDAC componente Nacional, PIDDAC componente Comunitária e PIDDAC Total):

Tabela 5 – Resultados PIDDAC componente Nacional

PIDDAC Nacional Real Per capita					
Variáveis	1	2	3	4	5
PIDDAC Nacional Real Per capita no ano anterior (log)	0,196** (0,078)	0,205** (0,083)	0,202** (0,084)	0,188** (0,078)	0,193** (0,078)
População no concelho (log)	11,718*** (3,888)	11,403** (4,605)	11,342** (4,586)	10,253*** (3,577)	9,951*** (3,556)
Eleitores no concelho (log)	- 5,444 (5,805)	- 5,121 (5,836)	- 4,944 (5,860)		
% População com mais de 65 anos (log)		0,086 (6,033)	0,109 (5,983)		
% Nacional de freguesias do concelho (log)	- 5,580 (4,460)	- 5,515 (4,427)	- 5,492 (4,414)	- 5,758 (4,407)	
Vereadores (log)	-0,026 (0,032)	-0,027 (0,032)	-0,026 (0,032)	-0,019 (0,030)	-0,017 (0,030)
Ano Legislativas	0,746*** (0,154)	0,746*** (0,155)	0,747*** (0,155)	0,748*** (0,154)	0,747*** (0,155)
Gov direita	- 0,495** (0,245)	- 0,480* (0,247)	- 0,479** (0,246)	- 0,496** (0,245)	- 0,473** (0,246)
Município Direita			-0,401 (0,438)		
Cons	- 0,537*** (0,084)	- 0,532*** (0,087)	- 0,535*** (0,087)	- 0,546*** (0,085)	- 0,541*** (0,085)
nº Obs	1848	1848	1848	1848	1848
Wald chi2	42.03	42.41	46.50	42.60	40.82
Arellano-Bond 2nd order corr residuals (p-value)	0,46	0,51	0,48	0,39	0,45
J-Hansen (p-value)	0.82	0.82	0.85	0.93	0.88

Nota: Desvio Padrão entre parênteses.

* nível de significância de 10%, ** nível de significância de 5% e *** nível de significância de 1%

Tabela 6 – Resultados PIDDAC componente Comunitária

PIDDAC Comunitário Real Per capita					
Variáveis	1	2	3	4	5
PIDDAC Comunitário Real Per capita no ano anterior (log)	0,410*** (0,046)	0,410*** (0,046)	0,410*** (0,046)	0,410*** (0,045)	0,413*** (0,046)
População no concelho (log)	16,407*** (4,506)	16,801*** (5,714)	16,416*** (4,510)	16,401*** (4,504)	17,567*** (4,631)
Eleitores no concelho (log)	- 1,361 (10,004)				
% População com mais de 65 anos (log)	- 19,156*** (5,806)	- 19,125*** (5,817)	- 19,143*** (5,806)	- 19,658*** (5,772)	- 21,677*** (5,958)
% Nacional de freguesias do concelho (log)	0,155 (1,186)	0,206 (1,204)			
Vereadores (log)	0,138** (0,064)	0,137** (0,066)	0,138** (0,064)	0,138** (0,064)	0,156** (0,062)
Ano Legislativas	0,176 (0,256)	0,176 (0,256)	0,179 (0,256)		
Gov direita	- 0,756 (0,481)	- 0,759 (0,484)	- 0,757 (0,478)	- 0,499 (0,327)	
Município Direita	0,587 (0,612)				
Cons	- 0,340*** (0,125)	- 0,340*** (0,124)	- 0,340*** (0,125)	- 0,270*** (0,083)	- 0,164*** (0,045)
nº Obs	1848	1848	1848	1848	1848
Wald chi2	173,55	174,56	165,81	167,15	164,74
Arellano-Bond 2nd order corr residuals (p-value)	1,75	1,77	1,75	1,74	1,71
J-Hansen (p-value)	0.66	0.64	0.64	0.72	0.63

Nota: Desvio Padrão entre parênteses.

* nível de significância de 10%, ** nível de significância de 5% e *** nível de significância de 1%

Tabela 7 – Resultados PIDDAC Total

PIDDAC Total Real Per capita					
Variáveis	1	2	3	4	5
PIDDAC Total Real Per capita no ano anterior (log)	0,202** (0,087)	0,198** (0,089)	0,203** (0,083)	0,194** (0,083)	0,199** (0,083)
População no concelho (log)	14,335*** (4,794)	14,252*** (4,777)	13,324*** (4,043)	11,817*** (3,658)	11,508*** (3,636)
Eleitores no concelho (log)	- 5,497 (6,130)	- 5,278 (6,155)	- 5,667 (6,104)		
% População com mais de 65 anos (log)	- 3,181 (6,043)	- 3,134 (5,981)			
% Nacional de freguesias do concelho (log)	- 5,813 (4,502)	- 5,785 (4,487)	- 5,936 (4,520)	- 6,123 (4,463)	
Vereadores (log)	- 0,018 (0,035)	- 0,018 (0,035)	- 0,019 (0,035)	- 0,011 (0,033)	- 0,009 (0,033)
Ano Legislativas	0,696*** (0,162)	0,698*** (0,162)	0,695*** (0,162)	0,697*** (0,162)	0,695*** (0,162)
Gov direita	- 0,514** (0,256)	- 0,513** (0,255)	- 0,534** (0,255)	- 0,533** (0,254)	- 0,510** (0,255)
Município Direita		- 0,506 (0,477)			
Cons	- 0,524*** (0,089)	- 0,528*** (0,090)	- 0,544*** (0,087)	- 0,552*** (0,087)	- 0,550*** (0,087)
nº Obs	1848	1848	1848	1848	1848
Wald chi2	36,49	39,97	36,44	37,19	34,94
Arellano-Bond 2nd order corr residuals (p-value)	0,50	0,46	0,50	0,42	0,48
J-Hansen (p-value)	0,92	0,94	0,94	0,93	0,92

Nota: Desvio Padrão entre parênteses.

* nível de significância de 10%, ** nível de significância de 5% e *** nível de significância de 1%

Na análise global de todos os quadros com os resultados obtidos, podemos concluir que a componente comunitário do PIDDAC Per Capita tem uma leitura diferente em termos de resultados obtidos quando comparado com

componente nacional do PIDDAC Per Capita e, por conseguinte, com o PIDDAC total Per Capita transferidos para os municípios.

Apesar de em Mourão e Cunha (2012) se ter encontrado resultados consistentes sobre a importância da área dos distritos no que concerne à afetação dos recursos em PIDDAC Per Capita, neste nosso estudo empírico a área dos municípios não revelou produzir qualquer efeito na afetação do PIDDAC Per Capita, uma vez que o coeficiente da variável “ *% Nacional área (log)* ” não se revelou estatisticamente significativo, tendo sido excluída esta variável em estimações previamente realizadas (que serão mostradas se pedidas)

O coeficiente da variável “ *% Nacional de freguesias do concelho (log)* ” não se revelou estatisticamente significativo para todas as regressões efetuadas no modelo, independentemente da proveniência do financiamento. Podemos assim afirmar que não existem evidências que comprovem que quanto mais freguesias estiverem adstritas a um município, maiores serão as verbas atribuídas a esse mesmo município em PIDDAC Per Capita².

Relativamente ao eleitorado, não se pode afirmar que o número de eleitores de um município tem algum impacto na afetação do PIDDAC Per Capita, na medida em que o coeficiente da variável “ *Eleitores no concelho (log)* ” não se revelou estatisticamente significativo em nenhuma das componentes de financiamento do PIDDAC Per Capita. Independentemente do

² Esta é uma situação que não sustenta as intenções de reorganização administrativa do território nacional por parte do executivo nacional eleito em Junho de 2011 (coligação de PSD-CDS) que, por indicação do plano de intervenção da TROIKA (*Memorandum of Economic and Financial Policies – MEFP*), se prevê que a extinção de algumas freguesias pode originar um efeito de diminuição de despesa por parte do Estado.

sinal obtido no coeficiente de estimação, nada se pode afirmar sobre o peso do eleitorado do município.

No que diz respeito ao peso da população do concelho na afetação das verbas em PIDDAC Per Capita, podemos concluir que quanto mais habitantes residirem no município, maiores serão as verbas atribuídas a este. Esta conclusão deve-se ao facto de o coeficiente da variável “ *População no concelho (log)* ” se ter revelado estatisticamente significativo tanto para a componente nacional e componente comunitária, como no seu total, com um nível de significância estatístico de 1% para todas as regressões efectuados, com a excepção dos casos (2) e (3) da componente nacional do PIDDAC Per Capita em que apesar de o coeficiente da variável ser estatisticamente significativa, tem um nível de significância estatístico de 5%. Apesar desta ligeira alteração, o sinal do coeficiente mantém intacto o que continua a produzir uma relação positiva sobre a afetação das verbas nacionais do PIDDAC Per Capita. A significância estatística destes coeficientes contrasta com a não significância estatística dos coeficientes relativos à variável do número de eleitores, demonstrando que pesa também na afectação em PIDDAC a presença da população mais jovem, indiciadora de mais gastos com infra-estruturas e em outros investimentos.

Ainda relativamente à população, o coeficiente da variável “ *% População com mais de 65 anos (log)* ” é estatisticamente significativo para um nível de significância de 1% em todas as regressões testadas no quadro sobre o PIDDAC Comunitário Per Capita, sendo que, não se revelou estatisticamente significativa nos outros dois quadros. Interpretando os resultados obtidos, podemos afirmar que a população sénior tem um efeito negativo na afetação

das verbas do PIDDAC Comunitário Per Capita, sendo que, quanto maior for a percentagem sénior no concelho, menores serão as verbas afetadas para o mesmo.

Analisando os resultados obtidos das variáveis *dummy*, podemos ver que existe uma relação negativa entre as verbas transferidas em PIDDAC para os municípios quando temos um partido com ideologia de direita no executivo legislativo, quando analisamos a componente nacional e total do PIDDAC Per Capita. Nestes casos os coeficientes da variável “ *Gov direita* ” são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5% em todas as regressões testadas, com exceção para o caso (2) do quadro do PIDDAC Nacional Per Capita em termos reais, em que a variável tem um coeficiente que é estatisticamente significativo para um nível de significância de 10%. Interpretando este resultado, podemos afirmar que quando temos um executivo nacional de ideologia de direita, as verbas afetas aos municípios no PIDDAC Nacional Per Capita e PIDDAC Total Per Capita tendem a diminuir. Relativamente à componente comunitária do PIDDAC Per Capita, não foi encontrada significância estatística para os coeficientes da variável “ *Gov direita* ”.

Ainda no seguimento da influência da ideologia política na afetação das verbas do PIDDAC Per Capita, nada podemos afirmar no que concerne à influência de um executivo municipal de direita, uma vez que a variável “ *Município Direita* ” não se revelou com coeficientes estimados estatisticamente significativos em nenhum dos quadros testados.

Quando analisamos a influência dos atos eleitorais na afetação do PIDDAC Per Capita, é possível observar-se que a variável “ *Ano Legislativas* ”

tem alguma influência no PIDDAC Per Capita a diferentes níveis. Os coeficientes estimados para a variável “*Ano Legislativas*” são estatisticamente significativos para um nível de significância estatístico de 1% nas regressões testadas para as componentes nacionais e totais do PIDDAC Per Capita. No que diz respeito à componente comunitária do PIDDAC Per Capita, a variável “*Ano Legislativas*” não se revelou com coeficientes estimados estatisticamente significativos em nenhuma das regressões testadas e apresentadas nesse mesmo quadro. Mediante estes resultados, podemos assim concluir que os decisores políticos tendem a disponibilizar mais verbas em PIDDAC para os municípios, em anos de eleições legislativas. O que indicia um comportamento eleitoralista por parte do executivo nacional, que vai ao encontro com as conclusões obtidas por vários autores como Drazen e Eslava (2005) e Veiga e Veiga (2007), uma vez que, o executivo nacional pode tentar sinalizar competência aos eleitores em obras mais visíveis para vencer as eleições.

Se nos debruçarmos sobre os resultados obtidos da variável política “*Vereadores (log)*”, podemos observar que a mesma tem coeficientes estimados estatisticamente significativos para um nível de significância estatística de 5% em todas as regressões realizadas para a componente comunitária do PIDDAC Per Capita. Quantos mais vereadores da mesma cor do executivo nacional estiverem presentes no executivo municipal, maiores serão as verbas de proveniência comunitária disponíveis para o município. Este resultado é revelador de um aproveitamento da componente comunitária do PIDDAC para benefícios políticos e eleitorais, que vai ao encontro com a definição de políticas oportunistas de Pork Barrel discutidas no capítulo 2 desta minha dissertação. No que diz respeito aos quadros sobre o PIDDAC Nacional

Per Capita e PIDDAC Total Per Capita, a variável “ Vereadores (log) ” não se revelou estatisticamente significativa em nenhum dos casos analisados.

4.3 Implicações Políticas

O PIDDAC é um instrumento que estava á disposição dos agentes políticos portugueses, e que se utilizado de uma forma eficiente, poderia ter sido um instrumento de extrema relevância que poderia atenuar as disparidades entre os concelhos e, por conseguinte, entre as regiões. No exercício empírico realizado anteriormente, ficou efetivamente a desconfiança de que os interesses partidários e da popularidade, têm extrema importância para os Decisores Políticos no momento da afetação das despesas em PIDDAC, quando falamos de capitais de proveniência comunitária. Os executivos nacionais dão sinal de que manipulavam a componente comunitária do PIDDAC para beneficiar politicamente os municípios que têm mais “camaradas” políticos presentes nos executivos municipais. A utilização deste instrumento como “Arma Política”, pode estar a desvirtuar tanto a vontade dos eleitores, como a prejudicar regiões que necessitam de investimento para se aproximarem dos índices de desenvolvimento registado nas regiões mais desenvolvidas.

Em anos eleitorais, o Executivo Nacional disponibilizou mais verbas do PIDDAC para os Municípios, o que se pode revelar como sendo um comportamento eleitoralista e oportunista que vai ao encontro das conclusões dos ciclos políticos. Esta atitude do Executivo Nacional sugere que o mesmo se está a apoderar do PIDDAC para vincar a sua imagem de competência junto

dos eleitores, obtendo assim popularidade e, por conseguinte, uma enorme ajuda na sua reeleição. Mas nestes casos, apercebemo-nos que as fontes de financiamento têm um peso diferente para cada uma das eleições e legislativas. As verbas nacionais e totais do PIDDAC sofrem um incremento em anos de eleições legislativas.

Uma conclusão muito interessante reside no facto de que quando um executivo legislativo é composto por partidos de direita, estes tendem a afetar menos verbas em PIDDAC para os municípios. Este comportamento só reflete que os partidos de direita quando estão no executivo nacional, tendem a adotar uma postura mais conservadora no que concerne ao facto de disponibilizar verbas de PIDDAC, sendo que partidos de direita tendem a assumir como primeira preocupação a consolidação dos indicadores que estão diretamente relacionados com despesa.

Mas a conclusão Política mais importante a retirar deste estudo sobre os condicionantes da afetação do PIDDAC advém dos resultados obtidos da variável “Vereadores”, principalmente no que diz respeito à componente comunitária do PIDDAC. Fica assim comprovado que existe evidência de políticas oportunistas de *Pork Barrel*, na medida em que, os decisores políticos tendem a beneficiar os seus parceiros de partido. Quantos mais Vereadores da mesma força política do Executivo Nacional estiverem presentes no Executivo Municipal, maiores serão as verbas comunitárias afetas àquele município em PIDDAC. Pode haver muitos adjetivos para definir este comportamento, mas todos eles vão descrever este comportamento como sendo um “favorecimento” daqueles que têm a mesma filiação política, essencialmente quando nos referimos à componente comunitária do capital transferido em PIDDAC.

Para além de se confirmar a presença de políticas oportunistas de Pork Barrel na componente comunitária, os resultados obtidos demonstram duas dimensões relevantes: esta componente do PIDDAC está mais alocada nos concelhos mais populosos (“ *População no concelho (log)* ”) e nos concelhos com menos idosos (variável “ *% População com mais de 65 anos (log)* ”), o que revela ou pode revelar que esta componente do PIDDAC está a ser utilizada como uma “arma” de captação de novo eleitorado . Esta componente comunitária é também a menos permeável aos picos eleitoralistas, ou seja, revela que a sua distribuição é mais uniforme ao longo do ciclo eleitoral, não sendo influenciada pelos anos em que existem eleições legislativas.

É exigível que o executivo seja transparente no que diz respeito a este tipo de transferências para as regiões. É ainda normal que à medida que os tempos avançam, a forma como o executivo nos informa sobre as opções tomadas pelo mesmo fosse mais eficiente, uma vez que, mais transparência e maior rigor são as melhores armas para combater o aproveitamento político e as políticas oportunistas de Pork Barrel. Os Mapas do PIDDAC vieram informar de uma forma mais detalhada a afectação das verbas na Administração Central, e por conseguinte, contribuiu em larga forma para informar os contribuintes da importância do desenvolvimento das regiões para os executivos nacionais.

Na apresentação do Orçamento de 2012 o Executivo Nacional suprimiu o mapa XV e o mapa XV-A, ou seja, o PIDDAC e o PIDDAC regionalizado. Nesta proposta de Orçamento, o Executivo apresenta a despesa de uma forma generalizada e pouco detalhada, o que vai fazer com que se torne mais difícil para identificar comportamentos que indiciem políticas de oportunistas de Pork

Barrel. Quando pensamos no PIDDAC, pensamos nos projectos que vão ajudar a desenvolver os municípios fazendo com que os executivos municipais eleitos possam providenciar aos seus munícipes melhores condições e serviços, de renovar as suas infra-estruturas e equiparem de acordo com as necessidades reais. Ao simplificar-se este tipo de despesa, ou até mesmo ao ser abolida, pode-se estar a negar a possibilidade aos municípios de convergirem em matérias de desenvolvimento económico.

5. Conclusão

Numa análise geral sobre a afectação das verbas do PIDDAC regionalizado, conseguimos encontrar indícios que o mesmo pode estar a ser manipulado para se obter dividendos eleitorais. Sendo este “Barril de Porco” um fundo cuja sua distribuição é anunciada no Orçamento do Estado, o Governo que tem a obrigação de o apresentar ao país, tem tudo ao seu dispor para utilizar o mesmo como um instrumento político, e não como instrumento para atenuar as assimetrias regionais, entre outros objectivos de política económica.

Ao longo dos tempos conseguimos perceber que as verbas têm vindo a diminuir de ano para ano, havendo sempre uma pequena fuga à tendência nos anos em que existem eleições legislativas.

Na análise empírica das despesas do PIDDAC para cada município, chegamos à conclusão de que quanto maior for a população residente no município, maiores são as verbas disponíveis para o município. Ainda no mesmo sentido da análise da população presente no município, chegamos à conclusão que quanto maior for a percentagem sénior da população no município, menores serão as verbas comunitárias do PIDDAC disponíveis para o município.

Nos anos em que existe eleições legislativas, os municípios tendem a receber mais verbas em PIDDAC, sendo que, é nas verbas nacionais e no PIDDAC Total que este efeito é mais explícito e consistente.

A ideologia dos partidos do executivo revelou-se ser um fator determinante na atribuição de despesa em PIDDAC para os municípios. Quando analisamos a ideologia política do executivo nacional, chegamos à conclusão que o facto de ser um partido de ideologia de direita, produz um efeito negativo na afetação das verbas em PIDDAC adstritas ao município, essencialmente quando analisamos a componente nacional e o PIDDAC total. Ou seja, quando temos uma maioria na Assembleia da República de um partido de ideologia de direita tendem a ser enviadas menos verbas em PIDDAC para os municípios.

Por fim, conseguimos observar indícios da existência de políticas oportunistas de Pork Barrel no PIDDAC, na medida em que conseguimos observar que quantos mais vereadores do mesmo partido do executivo nacional forem eleitos para o município, maiores serão as verbas de proveniência comunitárias afetas em PIDDAC para o município.

Na apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2012, o executivo nacional deixou de mencionar o PIDDAC no mesmo. O mapa XV PIDDAC e, por conseguinte, o mapa XV-A que regionalizava a despesa do mesmo foram suprimidos, passando assim a ser mais generalizada a tipologia de apresentação que nos dá a conhecer a forma como vão ser distribuídas as verbas para desenvolver a administração central. O que podemos ter aqui é o “Fim” do PIDDAC da forma como foi estudado nesta minha dissertação, o que indicia que podemos estar diante de uma acção que vai tornar menos transparente a forma como o nosso Executivo Nacional decide as verbas disponíveis para cada região, podendo esta falta de transparência traduzir-se numa perda na nossa democracia e na equidade.

Futuramente, tenciono poder alargar a minha base de dados podendo assim aumentar o espaço temporal estudado. No início da minha dissertação foram contactados os serviços responsáveis pela divulgação do Orçamento e consequentemente os mapas do PIDDAC, mas ainda não houve nenhuma resposta positiva relativamente a facultar os dados relativamente a anos anteriores aos anos estudados nesta dissertação. Apesar disso, penso que os resultados obtidos são muito evidentes e fortes ao ponto de se merecer um esforço em recolher esta informação, para se poder constatar se as conclusões se mantêm as mesmas.

Para além do aumento da série temporal, mas ainda sobre a base de dados, seria interessante observar-se esta situação no que diz respeito às freguesias, podendo assim inferir se a cor política do presidente de junta tinha algum efeito na afectação das transferências em PIDDAC. Ao estudar-se todos os passos das transferências do capital até ao ponto máximo de descentralização que são as freguesias, poderíamos observar a real extensão das políticas oportunistas de “Pork Barrel”.

Por último, este trabalho despertou a minha curiosidade para poder estudar um possível comportamento que indiciasse a presença de políticas oportunistas de “Pork Barrel” relativamente a transferências de um executivo local face às suas freguesias. Penso que seria interessante poder estudar o peso da influência da cor política dos presidentes de junta perante a afectação de despesa no executivo local. Para além desse facto, temos os capitais que o executivo transfere para instituições que pode ser revelador de algum favorecimento.

Por estas razões, sinto que o meu contributo nesta área de investigação não terminou, pelo contrário, sinto que o modelo que foi estudado nesta dissertação se vai revelar como uma arma capaz de denunciar estes comportamentos desviantes dos nossos decisores políticos.

Referências Bibliográficas

- Aidt, T. Veiga, F. e Veiga, L. (2010) "*Election results and opportunistic policies: A new test of the rational political business cycle model*" Núcleo de Investigação em Políticas Económicas Universidade do Minho, 23 Março de 2010
- Arellano, M. (2003), "*Panel Data Econometrics*", Oxford: Oxford University Press.
- Arellano, M. e Bond, S. (1991), "*Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations*", *Review of Economic Studies* 58, 277-97.
- Arellano, M. e Bove, O. (1995), "*Another look at the instrumental variable estimation of error-components models*", *Journal of econometrics* 68(1): 29-51
- Barbosa, A. (1997) "*Economia Pública*", McGraw-Hill, Lisboa.
- Baron, D. (1991), "*Majoritarian Incentives, Pork Barrel Programs, and Procedural Control*", *American Journal Science* 35, 57-90
- Buchanan, J. e Tullock, G. (1962) , "*The Calculus of Consent: Logical Foundations of a Constitutional Democracy*" , Ann Arbor: University of Michigan Press
- Buchanan, J. e Tullock, G. (1966) "*Gains-From-Trade in Votes*" *Ethics*, Vol. 76, No. 4 (Jul., 1966), pp. 305-306
- Chari, V. e Cole, H. (1993), "*A Contribution to the Theory of Pork Barrel Spending*", Research Department Staff Report 156, Federal Reserve Bank of Minneapolis
- Constituição da República Portuguesa
Site Consultado: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Cox, G. e McCubbins, M. (1986) , "*Electoral politics as a redistributive game*" , *Journal of Politics* 48(2), 370-389.
- O Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Site consultado: www.dpp.pt
- Direcção Geral do Orçamento, Site consultado: www.dgo.pt
- Dixit, A. e Londregan, J. (1998) , "*Fiscal federalism and redistributive politics*" , *Journal of Public Economics* 68, 295-303.
- Drazen, A. (2002), "*Political economy in Macroeconomics*", Princeton University Press, Princeton
- Drazen, A. e Eslava, M. (2005), "*Electoral manipulation via expenditure composition: Theory and evidence*" *NBER Working Paper* W11085.
- Ferejohn, John A. 1974. "*Pork Barrel Politics: Rivers and Harbors Legislation, 1947-1968*", Stanford: Stanford University Press.
- Greene, W. (2003), "*Econometric analysis*", Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Education
- Hansen, L. (1982), "*Large sample properties of generalised method of moments estimators*", *Econometrica*, 50(4), 1029-1054
- Hansen, L. e Singleton, K. (1982), "*Generalized instrumental variables estimation of nonlinear rational expectations models*", *Econometrica*, 50(59), 1269-1286
- Kawanaka, T. (2007), "*Who Eats the Most?: Quantitative Analysis of Pork Barrel Distributions in the Philippines*". Institute of Developing Economies: IDE Discussion No. 126

Lancaster, T. e Patterson, W. (1990), *"Comparative Pork Barrel Politics: Perceptions from the West German Bundestag"*, Comparative Political Studies 1990; 22; 458 DOI: 10.1177/0010414090022004004.

Larcinese, V. Rizzo, L. e Cecilia Testa (2007), *"Do Small States Get More Federal Monies? Myth and Reality About the US Senate Malapportionment"* Department of Economics, Royal Holloway University of London, revised May 2007

Lei n.º 91/2001 de 20 de Agosto, Lei de Enquadramento Orçamental

Lei n.º 48/2004 de 24 de Agosto, Lei de Enquadramento Orçamental, *"Terceira alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto"*

Lindbeck, A. e Weibull, J. (1987), *"Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition"*, Public Choice 52, 273-97.

Lindbeck, A. e Weibull, J. (1993), *"A model of political equilibrium in a representative democracy"*, Journal of Public Economics 51, 195-209.

McMenemy, J. *"The Language of Canadian Politics: A Guide to Important Terms and Concepts"*, 3rd edition. 2001. Wilfrid Laurier University Press. (224-225).

Mourão, P. (2005) *"Que critérios redistributivos na Lei das Finanças Locais"*, Núcleo de Investigação em Políticas Económicas Universidade do Minho, NIPE WP 6/2005

Mourão, P. e Barbosa, J. (2009), *"La Competitividad de las Ciudades Portuguesas. El Caso de las Capitales de Distrito"*, Revista de Economía Institucional, vol. 11, n.º 21, segundo semestre/2009, pp. 205-223

Mourão, P. e E. Cunha (2012); *"Políticas Pork-Barrel: um estudo sobre o caso português do PIDDAC"*, Económica, forthcoming

Olson, M., (1965). *"The Logic of Collective Action"*. Harvard University Press, Cambridge, MA

Ramalho, J. (2009), *"O método generalizado dos momentos"*, Boletim da Sociedade Portuguesa de Estatística. vol. 101, 39-45

Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de Agosto

Roodman, D. (2006), *"How to do Xtabond2"*, Boston: NASUG2006

Veiga, L. e Pinho, M. (2007), *"The political economy of intergovernmental grants: Evidence from a maturing democracy"*, Public Choice 133, 457-477.

Veiga, F. e Veiga, L. (2007), *Political business cycles at the municipal level*, Public Choice, 131:45–64.

Veiga, F. e Veiga, L. (2010) *"Intergovernmental fiscal transfers as pork barrel"*, Núcleo de Investigação em Políticas Económicas Universidade do Minho, NIPE WP 7/2010

Veiga, L. (2010) *"Determinants of the assignment of E.U. funds to Portuguese municipalities"* Núcleo de Investigação em Políticas Económicas Universidade do Minho, NIPE WP 11/2010

Weingast, B. (1981) *"Regulation, Reregulation, and Deregulation: The Political Foundations of Agency Clientele Relationships"* Law and Contemporary Problems, Vol. 44, No. 1, *Managing the Transition to Deregulation* (Winter, 1981), pp. 147-177

Weingast, B. Shepsle, K. e Johnsen, C. (1981), *"The Political Economy of Benefits and Costs: A Neoclassical Approach to Distributive Politics"* Journal of Political Economy, Vol. 89, No. 4 (Aug., 1981), pp. 642-664

Weingast, B. (1984) *"The Congressional-Bureaucratic System: A Principal Agent Perspective (with applications to the SEC)"* *Public Choice*, Vol. 44, No. 1, Carnegie Papers on Political Economy, Volume 4: Proceedings of the Carnegie Conference on Political Economy (1984), pp. 147-191

Wooldridge, J. (2002), *"Econometric analysis of cross section and panel data"* Cambridge, MA: MIT Press.

Anexo A

Porque usar o Método dos Momentos Generalizados?

O GMM começou por ser mais utilizado na área das séries temporais mas tem sido também bastante utilizado em aplicações com dados em painel, como é o caso aqui em estudo. Este método tem sido usado como uma alternativa ao método dos mínimos quadrados a dois passos quando se suspeita da existência de heterocedasticidade em modelos de regressão linear.

No que diz respeito aos dados de natureza temporal, o GMM permite lidar com problemas de autocorrelação de modo relativamente simples, através da utilização de uma matriz ponderadora que reflecta essa situação. Uma outra vantagem da utilização do GMM consiste na possibilidade de se trabalhar apenas com as condições de momentos que são efectivamente implicadas pela teoria económica, não havendo a necessidade de adicionar pressupostos distribucionais, como se fazia anteriormente em modelos não lineares de expectativas racionais, como é o caso de Hansen e Singleton (1982).

Alguns dos exemplos de aplicações do GMM no contexto temporal incluem modelos de ciclos de negócios, modelos de volatilidade estocástica e modelos de avaliação de activos, sendo que, algumas das mais recentes e interessantes aplicações do GMM ocorreram na estimação de modelos para dados de painel, nomeadamente em casos em que existe heterogeneidade não observada.

Ainda no âmbito do GMM, o teste de especificação mais conhecido é o chamado teste de sobre-identificação, ou teste J , proposto por Hansen (1982). Este teste consiste em se utilizarem s condições de momentos quando apenas k seriam necessárias para estimar os parâmetros de interesse, ou seja, existem $s - k$ condições de sobre-identificação. O modo mais evidente de testar a especificação de um modelo definido por:

$$E[g(z, \beta)] = 0,$$

Consiste em verificar se o valor de todas as condições de momentos amostrais é aproximadamente zero ou não, já que o GMM apenas impõe que k combinações lineares delas o sejam. Assim, a estatística J é dado simplesmente pelo produto de N pelo valor da função objetivo:

$$\left[\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N g(z_i, \hat{\beta})' \right] W_n \left[\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N g(z_i, \hat{\beta}) \right].$$

Tendo uma distribuição assintótica de qui-quadrado com $s - k$ graus de liberdade. A avaliação de restrições paramétricas no contexto do GMM pode ser feita de modo similar ao que acontece com outros estimadores.

Seja então os dados em painel (i municípios, t anos) descrito pela seguinte expressão (Greene 2002: 307):

$$y_{it} = W_{it}' \beta + \alpha_i + \varepsilon_{it}$$

Neste caso, W_{it} representa o grupo de variáveis do lado direito, incluindo a variável desfasada dependente y_{it-1} . Pode ser provado que para um valor finito de T (para um numero pequeno de anos observado), existe um desfasamento de $1/T$ no estimador. Este problema emerge quando estimamos os nossos dados em painel através de uma regressão de “efeitos fixos” (fixed-effects) com a variável desfasada dependente. A variância do estimador não atinge o zero quando i aumenta. Segundo Greene (2002: 308), este problema é ainda mais forte quando estimamos os nossos dados em painel com “efeitos aleatórios” (random-effects).

Um método muito comum para se lidar com o problema da heteroestaticidade passa por diferenciar cada lado do modelo de dados em painel.

$$y_{it} - y_{it-1} = \delta(y_{it-1} - y_{it-2}) + (x_{it} - x_{it-1})'\beta + (\varepsilon_{it} + \varepsilon_{it-1})$$

Contudo, também se demonstra a especificação anterior tem problemas de auto-correlação entre a variável desfasada dependente e os resíduos que seguem uma média móvel de 1ª ordem.

Para além dos métodos tradicionais de estimação LSDV e FGLS (discutidos em Roodman 2006), outras técnicas foram desenvolvidas para se estimar o método dos momentos generalizados (Arellano e Bond, 1991; Arellano e Rover, 1995).

Com este estimador, e quando a série temporal é reduzida, usamos a diferença $(y_{it-2} - y_{it-3})$ ou y_{it-2} e y_{it-3} como instrumentos para $(y_{it} - y_{it-1})$.

Como Greene (2002: 309-312) demonstra, a condição empírica dos momentos construída usando estes passos pode determinar o estimador que é um estimador robusto quando a série temporal é reduzida.

O GMM inclui como casos particulares muitos estimadores amplamente conhecidos. Esses estimadores diferem entre eles apenas pelas diferentes funções $g(z, \beta)$ que os caracterizam. Por exemplo, o estimador dos mínimos quadrados é obtido quando se assume que $E(X'u) = 0$, onde X representa a matriz de regressores e u é o termo erro da regressão. Similarmente, $E(T'u) = 0$, onde T representa uma matriz de instrumentos, produz o estimador das variáveis instrumentais (pressupondo que se assume a existência de homocedasticidade), enquanto que quando $g(.)$ representa a função score se obtém o estimador da máxima verosimilhança.

Ramalho (2009) conclui que: *“O GMM tem por finalidade obter estimadores para os parâmetros de modelos que são apenas definidos por condições de momentos. A maior parte dos modelos econométricos pode ser expressa desta forma, o que realça o importante papel que o GMM desempenha na Econometria. A sua aplicação torna-se mesmo essencial em certos modelos, como modelos não lineares de expectativas racionais e modelos dinâmicos para dados de painel com efeitos fixos.”*

Anexo B

O Enquadramento Legal do PIDDAC

De acordo com o artigo 18º ponto 2 da Lei do Enquadramento Orçamental (Lei nº91/2001, 24 de Agosto) *“com o objectivo de racionalizar a preparação e reforçar o controlo de gestão e da execução orçamental, o orçamento deve ser estruturado por programas, medidas e projectos ou actividades”*. No ponto seguinte alínea b) ainda no mesmo artigo, fica definido que a aplicação sobre forma de programa deve ter efeito para *“despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários”*, o que explica a apresentação do PIDDAC sobre a forma de programa nos mapas orçamentais XV. A estruturação do Orçamento por programas começou por ser prevista legalmente (Lei nº 64/77), sendo apenas mais tarde objecto de tratamento constitucional. Só com a revisão constitucional de 1989 é que foi introduzida na Constituição.

No artigo 19º ponto 3 alínea a) e b) também da Lei do Enquadramento Orçamental (Lei nº91/2001, 24 de Agosto) fica explicitado que *“o programa orçamental pode ser executado por uma ou por várias entidades pertencentes (...) ao mesmo ou a diferentes ministérios”* e *“ao mesmo ou a diferentes subsectores da administração central”*. Ainda no mesmo artigo mas referindo-me ao ponto 4 *“cada programa orçamental divide-se em medidas...”* que de acordo com o artigo 20º ponto 2 alínea a) e b) *“a medida pode ser executada por uma ou várias entidades pertencentes (...) ao mesmo ou a diferentes*

ministérios” e “ao mesmo ou a diferentes subsectores da administração central” sendo que *“cada medida divide-se em projectos ou actividade”* como indica o ponto 3 do artigo 20º.

De acordo com o artigo 31º ponto 1 alínea a) da Lei do Enquadramento Orçamental (lei nº91/2001, 24 de Agosto) *“o articulado da Lei do Orçamento do Estado contém (...) a aprovação dos mapas orçamentais”*, sendo que estamos a estudar o PIDDAC, o artigo seguinte, o 32º da Lei do Enquadramento Orçamental (lei nº91/2001, 24 de Agosto) enuncia os mapas que estudados nesta dissertação indicando como:

“Mapa XV, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), que inclui apenas os respectivos programas e medidas orçamentais, articulados com as Grandes Opções do Plano (GOP) e com o Quadro Comunitário de Apoio (QCA), evidenciando os encargos plurianuais e as fontes de financiamento e a repartição regionalizada dos programas e medidas ao nível das Nomenclaturas de Unidades Territoriais –NUT II”

“Mapa XV-A, Repartição regionalizada dos programas e medidas – PIDDAC da Regionalização, de apresentação obrigatória, mas não sujeito a votação”

A partir de 2004 (inclusive) e de acordo com a Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 48/2004 que veio rever a Lei nº91/2001, 24 de Agosto), apresentam-se os mapas orçamentais XV e XV-A – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), que incluem, respectivamente, os programas e medidas orçamentais e a sua

repartição regionalizada. Até 2003 apresentava-se mapa XI - projectos por Ministérios e regionalização a nível de NUT II. As publicações são da responsabilidade do Departamento de Prospectiva e Planeamento e da Direcção Geral do Orçamento com a repartição regionalizada dos projectos e subprojectos, bem como outros trabalhos relativos ao PIDDAC Inicial.

Anexo c

Tabela A1 – PIDDAC por concelhos

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Águeda	4.91502 €	2.353.097	6.544.599	2.310.937	1070.238	3.381.175	1494.163	1150.126	2.624.309	3.815.239	2.116.961	5.932.200	1444.389	1084.239	2.528.628	595.106	33.210	628.316	1289.215	33.210	1322.425	582.580	350.000	932.580
Albergaria-a-Velha	2.019.204	1940.037	3.959.241	263.119	25.336	288.455	607.225	370.000	977.225	307.000	1059.300	1366.300	1507.147	183.1226	3.338.373	138.7472	1091.242	2.478.714	445.000	244.685	689.685	50.000	50.000	100.000
Anadia	879.433	6314.78	150.911	356.599	183.360	539.919	629.424	579.500	1208.424	523.000	0	523.000	902.363	0	902.363	1361351	418.500	1.779.851	445.392	0	445.392	46.479	0	46.479
Arouca	3.950.070	5.209.648	9.169.718	6.860.221	7.723.704	14.583.925	2.791.250	4.065.000	6.856.250	4.069.632	4.419.357	8.488.989	10.317	195.000	3053.17	1084.312	86.250	170.562	353.960	0	353.960	2.557.116	0	2.557.116
Aveiro	30.025.744	15.099.231	45.124.975	16.800.892	8.068.129	26.669.021	27.782.773	7.873.947	35.556.720	18.491.431	22.606.545	10.446.157	10.535.743	20.981.906	36.806.771	13.632.881	50.439.652	2.847.698	2.499.873	5.347.571	13.289.651	13.499.670	26.789.321	
Castelo de Paiva	2.222.608	2.683.762	4.906.390	678.946	372.789	1051.735	715.750	345.000	1060.750	124.1557	122.363	1363.920	2.142.769	5.001647	7.144.416	4.303.605	4.983.959	9.287.964	22.620	0	22.620	12.176	0	12.176
Espinho	11242.1274	5.722.855	16.964.982	5.157.139	22.500	5.179.639	15.685.084	0	15.685.084	30.213.072	0	30.213.072	44.419.327	0	44.419.327	23.266.377	0	23.266.377	1587.912	0	1587.912	2.202.744	4.487.840	6.690.584
Estarreja	535.296	249.399	784.695	320.403	37.500	357.903	630.961	100.000	730.961	395.295	900.000	129.295	436.423	648.250	1084.673	50.477	0	50.477	17.300	0	17.300	55.102	0	55.102
Ílhavo	12.493.834	21.582.910	34.086.544	21.391.167	16.068.439	37.459.626	19.521.112	15.015.992	34.537.104	12.424.234	10.672.103	23.096.337	4.172.931	6.770.424	10.943.355	2.410.078	10.88.170	3.498.248	3.240.153	1.761.783	5.001.936	5.659.178	5.796.122	11455.300
Mealhada	867.849	0	867.849	551.509	0	551.509	490.792	145.000	635.792	343.639	435.297	778.935	248.449	207.687	456.136	22.7437	257.313	484.750	71355	65.930	137.285	167.058	173.500	330.558
Murtosa	52.1820	748.197	1270.077	451362	1200.000	1651362	207.804	525.000	732.804	12.17.116	2.051054	3.268.170	117.453	0	117.453	768.586	0	768.586	0	0	0	90.000	90.000	
Oliveira de Azeméis	1.180.646	549.924	1.730.570	13.86.424	0	13.86.424	1375.621	0	1375.621	2.227.339	1050.321	3.277.660	1510.056	0	1510.056	545.768	1.589.167	2.134.935	689.869	600.000	1.289.869	649.478	0	649.478
Oliveira do Bairro	1.180.674	500.856	2.408.529	1008.629	150.000	1.158.629	512.358	150.000	662.358	870.500	402.303	1272.803	248.327	0	248.327	129.267	0	129.267	1.063.389	37.500	1.100.889	2.593.440	250.000	2.843.440
Ovar	1063.985	984.292	2.048.277	246.446	83.531	329.977	439.970	90.000	529.970	493.171	317532	810.703	281.755	316.750	600.505	407.457	194.903	602.360	352.257	75.000	427.257	1377.917	3.215.140	4.593.057
Santa Maria da Feira	4.848.266	16.10.149	6.458.415	44.10.000	1.290.000	1.731.000	2.543.961	718.796	3.262.757	2.253.718	184.000	2.437.718	1.631.895	45.000	1.676.895	3.97.682	0	3.97.682	537.407	1.674.592	0	1.674.592		
São João da Madeira	12.12.179	17.793	1.229.972	5.454.224	0	5.454.224	12.05.778	150.000	1.355.778	2.376.568	0	2.376.568	58.5349	0	58.5349	307.230	0	307.230	674.655	684.346	1.359.501	707.706	0	707.706
Sever do Vouga	816.031	106.331	922.362	13.09.223	1.788.946	3.098.169	26.750	0	26.750	106.000	30.000	136.000	117.089	0	117.089	229.794	0	229.794	35.799	0	35.799	64.595	0	64.595
Vagos	283.104	598.557	8816.611	16.8.160	748.560	916.720	320.555	900.000	1.220.555	332.024	810.000	1.142.024	270.546	984.653	1.255.199	5.000	0	5.000	123.487	0	123.487	567.702	1.324.640	1.692.342
Vale de Cambra	530.328	598.557	1.128.885	238.8274	191.908	430.733	546.858	340.9974	887.855	206.999	0	206.999	128.176	71.955	199.741	55.000	0	55.000	124.0114	0	124.0114	143.335	0	143.335
Aljuncal	934.978	687.025	1.622.003	190.184	0	190.184	1043.942	0	1043.942	719.552	0	719.552	750.493	1.267.979	2.017.672	232.819	165.329	398.148	0	512.000	512.000	59.10.000	0	59.10.000
Almodôvar	952.819	1020.126	1972.945	1052.345	920.510	1972.855	167.368	74.000	241.368	491.359	1.720.461	2.2118.20	112.952	1856.779	2.969.671	967.324	1775.190	2.742.514	7.093	0	7.093	1534	0	1534
Alvito	112.729	549.279	662.008	91.700	50.000	141.700	117.756	0	117.756	43.000	0	43.000	45.460	0	45.460	0	0	0	63.044	600.000	663.044	240	0	240
Barrancos	29.928	0	29.928	25.000	0	25.000	0	0	0	0	0	17.850	50.000	0	50.000	0	0	0	14.286	0	14.286	919.80	214.621	306.601
Beja	20.319.105	11639.450	32.0313.55	13.286.011	4.70.1122	17.987.123	43.705.615	12.610.182	56.315.797	7.548.428	15.403.097	22.951.525	6.873.166	9.940.791	16.613.957	6.775.466	10.734.412	17.509.878	6.168.052	15.449.482	21617.634	822.166	617.869	1440.035
Castro Verde	151.534	0	151.534	25.000	0	25.000	29.989	70.500	100.489	13.000.000	17.000.000	3.000.000	1.543.969	1456.0314	3.000.000	322.353	2.149.921	2.472.274	0	0	0	0	0	0
Cuba	877.9874	1.150.000	2.027.9874	448.480	2.543.750	2.992.230	743.500	52.500	796.000	561.250	0	561.250	13.994	0	13.994	0	0	0	15.406	0	15.406	258.198	0	258.198
Ferreira do Alentejo	173.6314	153.374	309.005	932.100	675.000	1607.130	345.932	196.000	521.932	907.576	0	907.576	23.378	0	23.378	18.274	0	18.274	42.746	0	42.746	317.005	0	317.005
Mértola	461.8214	1.582.151	2.043.972	1273.396	0	1273.396	1.529.096	0	1.529.096	1535.450	0	1535.450	928.200	0	928.200	190.463	0	190.463	13.823	0	13.823	9.738	0	9.738
Moura	763.162	0	763.162	946.990	0	946.990	107.020	0	107.020	292.237	249.000	541.237	412.481	323.2214	735.702	107.250	56.250	163.500	29.000	0	29.000	28.500	0	28.500
Odemira	1.236.214	1.159.281	2.397.595	803.384	337.500	1.140.884	378.751	12.249	391.000	271.750	40.000	311.750	517.850	715.500	1.233.350	751.793	1.174.404	1926.197	5.000	274.405	279.405	120.682	281.614	402.306
Ourique	684.639	817.645	1.502.283	560.000	405.000	965.000	370.917	168.137	539.054	804.949	0	804.949	4.000	0	4.000	10.000	0	10.000	98.626	0	98.626	293.700	0	293.700
Serpa	1369.178	1.743.576	3.112.754	1689.643	203.571	1893.214	699.356	128.790	828.146	334.042	48.626	382.668	169.915	37.500	207.415	177.415	0	177.415	189.275	0	189.275	178.705	0	178.705
Vidigueira	149.640	149.639	299.279	148.000	129.000	277.000	93.750	75.000	168.750	15.000	0	15.000	60.000	0	60.000	10.000	0	10.000	60.000	600.000	660.000	0	0	0
Amarej	842.8814	2.267.565	3.110.546	883.546	2.623.197	3.506.743	1.968.783	2.631.150	35.208	0	35.208	5.208	0	0	5.208	0	0	0	400.000	0	400.000	1368.100	0	1368.100
Barcelos	3.157.247	2.608.387	5.765.634	2.997.392	1.767.582	4.764.974	2.576.146	1.852.013	4.428.159	2.789.265	668.320	3.457.585	1.803.804	1.994.197	3.758.001	1.162.080	2.029.940	3.192.020	1.210.955	2.034.365	3.245.320	1.614.893	2.426.221	4.041.104
Braga	23.284.7314	22.732.943	46.017.674	12.564.649	12.088.137	24.642.786	8.347.847	12.653.376	21.001.223	8.725.619	10.041.615	16.767.233	5.261.903	9.529.106	14.791.009	3.485.910	5.315.227	8.841.1174	6.958.619	9.980.509	16.539.128	9.992.063	30.645.605	40.637.668

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A2 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Cabeceiras de Basto	52.111€	965.884€	1.486.995€	207.300€	0€	207.300€	120.374€	49.500€	169.874€	122.800€	0€	122.800€	204.692€	0€	204.692€	5.173.336€	3.620.525€	8.793.861€	1.553.463€	497.500€	2.050.983€	785.986€	0€	785.986€
Celorico de Basto	166.205€	0€	166.205€	496.353€	660.000€	1.156.353€	757.495€	16.000.000€	2.357.495€	483.649€	68.1424€	1.95.073€	920.319€	1023.484€	1943.803€	114.762€	22.497€	0€	22.497€	45.859€	0€	45.859€	0€	45.859€
Espinho	1326.015€	2.065.764€	3.391.779€	1.679.835€	3.284.865€	4.964.700€	1.837.771€	1.877.70€	3.655.481€	1.869.621€	1252.102€	3.12.1723€	14.16.834€	12.10.54€	2.626.988€	9.98.129€	16.55.895€	2.574.024€	250.000€	0€	250.000€	12.61.050€	0€	12.61.050€
Fafe	1046.632€	1082.379€	2.129.011€	771.478€	1.84.687€	1956.865€	1.392.682€	3.247.470€	4.640.152€	6.352.775€	0€	6.352.775€	435.761€	498.338€	934.099€	15.549€	0€	15.549€	732.887€	73.125€	825.812€	425.669€	0€	425.669€
Guimarães	6.988.4274€	6.613.091€	13.601.518€	4.159.686€	5.217.290€	9.376.976€	3.576.159€	6.839.936€	10.416.095€	3.108.017€	1533.9316€	4.64.1948€	2.144.747€	2.160.000€	4.304.747€	1.148.199€	889.953€	2.038.112€	201.800€	400.000€	601.800€	4.540.200€	9.403.333€	13.943.533€
Póvoa de Lanhoso	298.292€	349.862€	648.154€	402.379€	0€	402.379€	95.360€	0€	95.360€	52.636€	0€	52.636€	28.084€	0€	28.084€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Terras de Bouro	326.719€	299.279€	625.992€	385.724€	525.000€	910.724€	527.585€	14.000.000€	1927.585€	538.551€	499.095€	997.646€	1023.507€	375.000€	1398.507€	1244.968€	313.500€	1.559.468€	310.000€	260.000€	570.000€	131.793€	500.474€	632.267€
Vieira do Minho	618.550€	683.323€	1.301.873€	1206.908€	914.650€	2.121.558€	367.138€	242.561€	609.699€	99.328€	0€	99.328€	245.102€	195.000€	440.102€	65.000€	0€	65.000€	30.489€	0€	30.489€	20.339€	0€	20.339€
Vila Nova de Famalicão	10.992.943€	10.155.925€	21.148.868€	8.499.070€	6.593.030€	15.092.100€	7.728.756€	6.456.726€	14.185.482€	13.960.728€	2.290.164€	16.250.890€	4.695.078€	776.259€	5471.436€	2.282.390€	8.77.300€	3.159.890€	16.61.996€	350.250€	2.012.246€	679.904€	0€	679.904€
Vila Verde	667.9314€	197.454€	865.385€	438.594€	636.470€	1.075.073€	315.338€	214.93€	529.531€	264.610€	0€	264.610€	610.411€	0€	610.411€	709.245€	0€	709.245€	251.655€	0€	251.655€	35.000€	0€	35.000€
Vizela	825.238€	1.560.544€	2.385.782€	567.922€	1.647.295€	2.215.217€	1023.261€	2.824.560€	3.847.8214€	1.082.625€	2.332.874€	3.415.499€	175.000€	0€	175.000€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	36.1042€	0€	36.1042€
Alfândega da Fé	324.893€	205.754€	530.647€	400.593€	750.000€	1.150.593€	482.930€	12.04.500€	1.687.430€	1046.000€	0€	1046.000€	555.022€	1.207.860€	1.762.882€	14.8.535€	145.605€	294.140€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Bragança	8.594.2514€	4.023.466€	12.617.717€	6.340.487€	3.580.776€	9.921.263€	4.053.216€	10.06.409€	5.059.625€	4.597.478€	6.466.364€	11063.842€	3.533.8214€	4.488.745€	8.022.566€	3.772.714€	11.730.449€	15.503.163€	1.190.789€	1.509.136€	2.699.925€	2.568.144€	1.956.3914€	4.524.535€
Carrazeda de Ansiães	300.316€	0€	300.316€	272.087€	641.388€	913.485€	12.500€	0€	12.500€	46.250€	0€	46.250€	63.400€	0€	63.400€	39.554€	488.344€	887.898€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Freixo de Espadã da Cinta	57.012€	67.687€	124.699€	550.000€	450.000€	1.000.000€	67.000€	33.000€	100.000€	543.750€	6.250€	550.000€	1.300.484€	1746.140€	3.046.624€	1805.660€	2.548.755€	4.354.415€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Macedo de Cavaleiros	4.784.898€	4.765.365€	9.550.263€	12.30.496€	1632.162€	2.862.658€	1.0910.75€	226.259€	13.17.334€	1916.749€	22.667€	1.939.416€	410.007€	764.250€	1.174.257€	33.1938€	157.284€	489.222€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Miranda do Douro	574.002€	1044.598€	1618.590€	209.4914€	566.384€	775.875€	674.566€	14.38.698€	2.110.264€	157.853€	412.500€	570.353€	182.2714€	75.000€	257.271€	84.000€	0€	84.000€	28.000€	0€	28.000€	41.000€	0€	41.000€
Mirandela	522.877€	187.049€	709.926€	696.682€	536.163€	1.232.845€	3.032.572€	2.555.865€	5.588.437€	553.722€	927.653€	1481.375€	1456.276€	1.89.1008€	3.346.284€	1.170.5214€	5.550€	1.176.0714€	357.710€	0€	357.710€	2.223.272€	0€	2.223.272€
Mogadouro	1750.314€	2.044.423€	3.794.737€	1299.358€	1.102.634€	2.401.992€	63.750€	0€	63.750€	3.919.125€	0€	3.919.125€	977.100€	1.120.667€	2.097.767€	379.387€	956.250€	1.335.6374€	104.8414€	25.2474€	130.088€	467.568€	0€	467.568€
Tomar de Moncorvo	1083.2974€	765.316€	1.848.613€	892.990€	3.750.000€	4.642.090€	761.228€	1.005.610€	1.766.838€	4.308.372€	0€	4.308.372€	130.568€	425.000€	555.568€	210.000€	30.000€	240.000€	500.000€	0€	500.000€	420.000€	0€	420.000€
Vila Flor	334.886€	0€	334.886€	136.517€	0€	136.517€	89.843€	50.000€	239.843€	197.700€	0€	197.700€	106.008€	316.025€	424.033€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Vimioso	850.014€	1.472.570€	2.322.584€	1782.455€	1.808.225€	3.590.680€	980.463€	1.5510.45€	2.531.508€	703.540€	334.984€	1038.524€	1034.638€	1123.582€	2.158.220€	876.754€	949.366€	1.826.120€	465.000€	0€	465.000€	55.452€	0€	55.452€
Vinhais	821.128€	1029.588€	1.849.716€	1271.044€	2.497.926€	3.768.970€	290.849€	459.624€	750.673€	55.000€	0€	55.000€	25713€	77.138€	102.851€	55.500€	30.000€	85.500€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Belmonte	214.519€	45.000€	259.519€	311.2474€	50.000€	361.2474€	199.769€	69.580€	269.349€	873.194€	0€	873.194€	170.000€	0€	170.000€	29.932€	0€	29.932€	1.000€	0€	1.000€	1.000€	0€	1.000€
Castelo Branco	6.409.028€	6.385.889€	12.794.9174€	7.908.058€	4.637.437€	12.545.495€	4.068.039€	2.936.496€	7.004.535€	4.848.2614€	3.619.922€	8.408.193€	4.506.259€	6.453.6374€	10.959.896€	4.976.588€	4.787.8934€	9.764.4914€	7.051.6574€	850.000€	7.20.1657€	4.917.244€	0€	4.917.244€
Covilhã	5.194.2774€	4.022.256€	9.216.533€	4.082.630€	300.132€	4.382.762€	2.477.062€	5.537.663€	8.014.725€	5.019.542€	8.799.000€	13.812.542€	3.039.299€	4.689.053€	7.728.352€	2.938.114€	1.000.000€	3.938.114€	346.094€	0€	346.094€	1.690.8814€	2.575.000€	4.265.8814€
Fundão	2.464.5614€	2.663.542€	5.128.103€	3.019.886€	2.162.053€	5.180.939€	1416.438€	1.905.5274€	3.321.965€	2.511.618€	237.500€	2.749.118€	515.620€	597.3274€	1.112.9474€	39.1063€	100.000€	49.1063€	19.412€	0€	19.412€	73.4814€	50.000€	123.4814€
Idanha-a-Nova	383.679€	239.5674€	623.246€	148.143€	147.000€	295.143€	209.260€	240.730€	449.990€	4.544€	0€	4.544€	83.652€	0€	83.652€	56.644€	0€	56.644€	25.000€	0€	25.000€	12.434€	0€	12.434€
Oleiros	24.940€	0€	24.940€	0€	0€	0€	200.000€	300.000€	500.000€	205.000€	390.000€	595.000€	208.480€	300.000€	508.480€	50.1929€	1038.0014€	1539.930€	17.000€	51000€	68.000€	500.000€	0€	500.000€
Penamacor	813.502€	440.692€	1254.194€	384.4374€	345.498€	729.935€	209.970€	30.000€	239.970€	38.308€	0€	38.308€	48.111€	0€	48.111€	29.700€	0€	29.700€	6.192€	0€	6.192€	2.235€	0€	2.235€
Proença-a-Nova	142.158€	0€	142.158€	0€	0€	0€	25.000€	0€	25.000€	50.000€	0€	50.000€	26.000€	0€	26.000€	109.700€	0€	109.700€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Sertão	364.432€	38.6574€	403.089€	165.000€	0€	165.000€	161534€	0€	161534€	202.500€	0€	202.500€	32.382€	0€	32.382€	185.000€	0€	185.000€	78.000€	240.000€	318.000€	379.600€	35.000€	414.600€
Vila de Rei	234.734€	411.508€	646.242€	151.874€	149.639€	301.613€	201.3114€	300.000€	501.3114€	184.330€	420.000€	614.330€	338.085€	632.250€	970.335€	437.166€	588.806€	1.025.762€	265.638€	0€	265.638€	79.1412€	0€	79.1412€
Vila Verde de Rodão	538.249€	79.420€	1.257.669€	82.500€	0€	82.500€	23.750€	50.000€	73.750€	127.500€	140.000€	267.500€	83.152€	125.840€	208.952€	2.500€	0€	2.500€	30.5294€	0€	30.5294€	91480€	0€	91480€
Arganil	3.329.8714€	4.440.899€	7.770.770€	2.197.263€	3.102.870€	5.300.133€	377.753€	884.965€	1.262.718€	141.210€	0€	141.210€	70.5914€	0€	70.5914€	194.750€	0€	194.750€	113.000€	0€	113.000€	448.500€	0€	448.500€

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A3 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Cantanhede	1343.262 €	1.196.047 €	2.479.309 €	952.497 €	1.067.623 €	2.020.120 €	1.478.490 €	2.966.056 €	3.674.546 €	1923.172 €	2.222.250 €	4.145.422 €	1.375.874 €	2.812.500 €	4.188.374 €	1.646.275 €	4.753.200 €	6.399.475 €	0 €	0 €	0 €	100.000 €	95.000 €	2.750.000 €
Coimbra	44.586.284 €	38.032.107 €	82.618.391 €	38.117.338 €	29.248.184 €	67.365.522 €	17.748.842 €	21.780.765 €	39.529.607 €	41.688.989 €	32.423.866 €	74.113.855 €	22.849.693 €	26.324.987 €	49.174.680 €	18.669.151 €	43.560.678 €	62.229.829 €	18.693.861 €	25.387.091 €	44.080.952 €	35.105.819 €	22.655.073 €	57.760.892 €
Condeixa-a-Nova	2.205.501 €	3.193.892 €	5.399.393 €	339.701 €	929.927 €	1.269.628 €	19.746 €	18.750 €	38.496 €	15.000 €	0 €	15.000 €	310.311 €	0 €	310.311 €	6.923 €	0 €	6.923 €	24.084 €	0 €	24.084 €	134.275 €	0 €	134.275 €
Figueira da Foz	4.566.502 €	3.690.858 €	8.257.361 €	5.348.347 €	4.360.700 €	9.709.047 €	2.697.690 €	3.164.319 €	5.862.009 €	11.011.693 €	3.212.700 €	14.343.853 €	5.173.300 €	5.192.545 €	10.365.845 €	10.736.497 €	14.676.995 €	254.934 €	4.019.000 €	3.400.000 €	7419.000 €	8.631.845 €	6.100.000 €	14.731.845 €
Góis	354.433 €	272.977 €	627.410 €	933.090 €	695.823 €	1.628.913 €	61.898 €	0 €	61.898 €	60.500 €	0 €	60.500 €	20.000 €	0 €	20.000 €	3.000 €	0 €	3.000 €	1.000 €	0 €	1.000 €	30.235 €	0 €	30.235 €
Lousã	244.432 €	13.752 €	258.184 €	167.747 €	314.820 €	482.567 €	514.649 €	75.000 €	589.649 €	304.042 €	1.000.000 €	1.304.042 €	151.781 €	0 €	151.781 €	183.200 €	400.000 €	583.200 €	127.362 €	37.500 €	164.862 €	1.726.252 €	350.000 €	2.076.252 €
Mira	473.388 €	430.066 €	903.454 €	186.015 €	0 €	186.015 €	100.499 €	0 €	100.499 €	60.499 €	31.500 €	91.999 €	366.395 €	1.303.116 €	1.669.510 €	1.067.500 €	412.500 €	1.480.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Miranda do Corvo	714.331 €	56.114 €	12.75.479 €	1223.065 €	1.666.780 €	2.889.845 €	2210.16 €	288.750 €	509.766 €	2.280.633 €	3.199.167 €	5.479.800 €	1.613.007 €	503.161 €	2.116.168 €	452.500 €	0 €	452.500 €	53.000 €	0 €	53.000 €	55.571 €	0 €	55.571 €
Montemor-o-Velho	1342.365 €	883.602 €	2.225.967 €	397.338 €	45.000 €	442.338 €	449.983 €	160.000 €	599.983 €	620.543 €	262.524 €	883.067 €	329.965 €	0 €	329.965 €	65.526 €	0 €	65.526 €	38.416 €	0 €	38.416 €	53.491 €	0 €	53.491 €
Oliveira do Hospital	1.390.610 €	327.805 €	1.718.414 €	362.351 €	607.500 €	969.851 €	320.210 €	749.440 €	1.069.650 €	246.000 €	575.000 €	821.000 €	362.577 €	0 €	362.577 €	16.000 €	0 €	16.000 €	31.417 €	0 €	31.417 €	10.000 €	35.000 €	145.000 €
Pampilhosa da Serra	44.892 €	0 €	44.892 €	0 €	0 €	0 €	94.000 €	110.000 €	205.000 €	168.500 €	287.500 €	456.000 €	422.414 €	445.500 €	867.914 €	344.823 €	550.000 €	894.823 €	22.623 €	0 €	22.623 €	53.934 €	0 €	53.934 €
Penacova	399.538 €	187.049 €	586.587 €	635.245 €	982.500 €	1.617.745 €	615.801 €	12.35.164 €	1850.995 €	241.359 €	384.858 €	626.217 €	168.436 €	0 €	168.436 €	457.303 €	600.000 €	1.057.303 €	285.862 €	750.000 €	1.035.862 €	1.383.624 €	100.000 €	1.483.624 €
Penela	473.030 €	1.463.861 €	1.936.891 €	790.488 €	812.100 €	1.602.588 €	199.250 €	115.750 €	315.000 €	146.645 €	0 €	146.645 €	199.414 €	0 €	199.414 €	147.200 €	142.800 €	290.000 €	31548 €	0 €	31548 €	26.322 €	0 €	26.322 €
Sour	990.512 €	1.279.017 €	2.269.529 €	1.568.953 €	2.597.289 €	4.166.242 €	1.541.063 €	1.267.229 €	2.808.362 €	633.322 €	136.688 €	770.010 €	36.358 €	0 €	36.358 €	15.000 €	0 €	15.000 €	0 €	0 €	0 €	40.000 €	93.333 €	133.333 €
Tabua	1.679.265 €	1.549.853 €	3.229.118 €	421.947 €	32.179 €	743.706 €	65.064 €	35.652 €	100.716 €	107.000 €	0 €	107.000 €	435.557 €	1.100.000 €	1.535.557 €	1.080.000 €	0 €	1.080.000 €	78.930 €	0 €	78.930 €	0 €	0 €	0 €
Vila Nova de Poiares	182.176 €	0 €	182.176 €	38.347 €	0 €	38.347 €	11.240 €	0 €	11.240 €	99.202 €	0 €	99.202 €	166.211 €	0 €	166.211 €	21.219 €	0 €	21.219 €	56.969 €	0 €	56.969 €	529.524 €	0 €	529.524 €
Alandroal	244.652 €	499.279 €	743.931 €	196.230 €	0 €	196.230 €	88.750 €	0 €	88.750 €	180.000 €	0 €	180.000 €	825.422 €	0 €	825.422 €	475.100 €	1.235.000 €	1.710.100 €	794.808 €	12.000.000 €	1.994.808 €	2.192.484 €	490.000 €	2.682.484 €
Arraiolos	244.360 €	162.574 €	406.934 €	184.375 €	103.125 €	287.500 €	210.116 €	142.098 €	352.214 €	50.000 €	450.000 €	500.000 €	116.500 €	30.000 €	146.500 €	200.000 €	0 €	200.000 €	150.973 €	0 €	150.973 €	390.188 €	441.439 €	831.627 €
Borba	186.300 €	0 €	186.300 €	163.652 €	0 €	163.652 €	104.643 €	0 €	104.643 €	10.000 €	0 €	10.000 €	12.500 €	76.692 €	89.192 €	0 €	0 €	280.150 €	1.132.312 €	14.246.2 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Estremoz	846.752 €	174.794 €	1.021.546 €	425.681 €	0 €	425.681 €	1.098.352 €	1.65.940 €	1.264.292 €	329.849 €	390.667 €	720.516 €	569.116 €	474.000 €	1.033.116 €	3.05.464 €	0 €	3.05.464 €	397.873 €	0 €	397.873 €	264.100 €	0 €	264.100 €
Évora	9.373.860 €	6.6514.14 €	16.035.274 €	8.948.050 €	6.272.731 €	15.220.781 €	5.992.857 €	5.305.089 €	11.297.946 €	11.733.556 €	8.048.841 €	19.782.396 €	5.887.459 €	3.764.998 €	9.652.457 €	4.032.269 €	3.517.836 €	7.550.105 €	4.398.013 €	5.903.527 €	10.301.540 €	3.385.179 €	2.560.833 €	5.536.012 €
Montemor-o-Novo	6.041.601 €	6.743.235 €	12.784.836 €	192.653 €	245.717 €	438.370 €	195.678 €	42.539 €	238.217 €	289.334 €	532.000 €	821.334 €	248.004 €	135.000 €	383.004 €	445.004 €	0 €	445.004 €	19.167 €	0 €	19.167 €	556.593 €	28.000 €	584.593 €
Mora	776.737 €	707.970 €	1.484.707 €	50.000 €	0 €	50.000 €	515.071 €	562.712 €	1.077.783 €	125.000 €	0 €	125.000 €	38.883 €	0 €	38.883 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Mourão	117.914 €	0 €	117.914 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20.000 €	0 €	20.000 €	50.000 €	0 €	50.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	394.429 €	432.198 €	826.627 €	
Portel	3.411.719 €	3.782.405 €	7.194.123 €	2.426.265 €	787.257 €	3.213.522 €	869.931 €	402.509 €	1.272.440 €	1.278.369 €	498.832 €	1.777.201 €	270.000 €	880.000 €	1.150.000 €	1.400.000 €	2.100.000 €	3.500.000 €	35.154 €	0 €	35.154 €	280.868 €	525.266 €	776.134 €
Redondo	162.110 €	22.446 €	184.556 €	134.930 €	175.895 €	310.785 €	239.739 €	104.218 €	343.957 €	356.890 €	194.268 €	549.959 €	190.000 €	0 €	190.000 €	25.000 €	0 €	25.000 €	60.000 €	700.000 €	760.000 €	199.464 €	465.416 €	664.880 €
Reguengo de Monsaraz	601.460 €	299.279 €	900.739 €	452.562 €	363.000 €	815.562 €	755.532 €	0 €	755.532 €	721.500 €	0 €	721.500 €	278.347 €	0 €	278.347 €	696.500 €	581.800 €	1.247.500 €	70.000 €	0 €	70.000 €	0 €	0 €	0 €
Vendas Novas	553.623 €	1.185.000 €	1.738.623 €	13.375 €	60.125 €	73.500 €	5.000 €	0 €	5.000 €	40.000 €	0 €	40.000 €	15.000 €	0 €	15.000 €	20.000 €	0 €	20.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Viana do Alentejo	473.858 €	112.230 €	586.088 €	367.000 €	0 €	367.000 €	735.000 €	0 €	735.000 €	575.300 €	81.112 €	656.412 €	198.336 €	279.448 €	214.819 €	612.026 €	826.845 €	476.19 €	0 €	476.19 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Vila Viçosa	194.532 €	0 €	194.532 €	47.418 €	0 €	47.418 €	248.336 €	60.000 €	248.336 €	60.000 €	0 €	60.000 €	53.000 €	0 €	53.000 €	47.500 €	0 €	47.500 €	0 €	0 €	0 €	607.669 €	544.294 €	1.151.963 €
Albufeira	1441883 €	1919.029 €	3.380.912 €	1.430.218 €	93.276 €	1.523.493 €	322.694 €	59.750 €	482.444 €	524.233 €	750.000 €	1.274.233 €	1.498.889 €	2.277.610 €	3.776.039 €	2.550.374 €	2.443.681 €	4.994.055 €	2.108.473 €	3.433.287 €	5.541760 €	703.680 €	1.162.000 €	1.865680 €
Alcoutim	426.403 €	743.320 €	1.169.723 €	171.166 €	378.750 €	549.916 €	38.054 €	5.625 €	43.679 €	26.500 €	0 €	26.500 €	6.250 €	18.750 €	25.000 €	37.562 €	0 €	37.562 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aljezur	222.324 €	270.758 €	249.399 €	1.787.000 €	0 €	1.787.000 €	26.875 €	5.625 €	32.500 €	5.000 €	0 €	5.000 €	96.558 €	0 €	96.558 €	25.000 €	0 €	25.000 €	0 €	0 €	0 €	1.500 €	0 €	1.500 €
Castro Marim	2.700.934 €	3.319.874 €	6.020.808 €	2.522.345 €	2.523.052 €	5.045.397 €	502.116 €	525.365 €	1.027.481 €	100.500 €	212.059 €	312.559 €	52.500 €	45.000 €	97.500 €	0 €	0 €	0 €	122.979 €	0 €	122.979 €	150.530 €	0 €	150.530 €
Faro	19.921.674 €	22.078.220 €	41.999.894 €	17.296.055 €	15.589.187 €	32.885.242 €	7.989.080 €	10.949.914 €	18.938.994 €	12.810.343 €	5.115.082 €	7.928.425 €	5.010.889 €	3.441.406 €	8.452.295 €	4.153.501 €	6.794.580 €	10.948.091 €	4.849.134 €	13.298.176 €	18.147.310 €	5.495.309 €	7.709.934 €	13.205.243 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A4 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Lagoa (faro)	1273.687 €	1971.148 €	3.244.835 €	2.535.933 €	93.525 €	2.629.458 €	658.695 €	28.125 €	686.820 €	1049.944 €	16.750 €	1066.694 €	20.100 €	135.000 €	255.100 €	72.750 €	78.278 €	151.028 €	65.831 €	134.750 €	209.581 €	20.000 €	0 €	20.000 €
Lagos	612.273 €	569.876 €	1.182.149 €	310.104 €	309.750 €	619.854 €	488.488 €	71250 €	559.738 €	4.640.682 €	48.056 €	4.688.738 €	923.377 €	2.264.765 €	1224.125 €	550.000 €	1774.125 €	1975.864 €	50.000 €	2.025.864 €	3.124.757 €	1050.000 €	0 €	4.174.757 €
Loulé	2.919.068 €	3.478.276 €	6.437.344 €	3.525.631 €	2.919.596 €	6.485.227 €	1761.792 €	1400.109 €	3.161.901 €	3.952.466 €	3.466.667 €	7.418.133 €	2.573.058 €	4.411.347 €	6.984.405 €	12.554.93 €	5.984.610 €	18.540.103 €	345.522 €	1833.946 €	2.179.468 €	1351872 €	0 €	1351872 €
Monchique	374.098 €	673.377 €	1047.475 €	220.460 €	362.100 €	582.560 €	81500 €	98.500 €	180.000 €	50.000 €	0 €	50.000 €	145.033 €	0 €	145.033 €	50.000 €	0 €	50.000 €	70.000 €	0 €	70.000 €	0 €	0 €	0 €
Olhão	5454.416 €	4.978.888 €	10.433.304 €	3.023.681 €	2.283.571 €	5.307.252 €	1064.491 €	697.479 €	1761.970 €	1321.190 €	1310.639 €	2.631.819 €	1315.651 €	1796.761 €	3.072.412 €	9450.000 €	1025.650 €	1970.650 €	1468.811 €	675.000 €	2.143.811 €	768.500 €	200.000 €	968.500 €
Portimão	7614.776 €	3.716.092 €	11330.868 €	2.942.041 €	819.469 €	3.761.510 €	1266.072 €	1428.597 €	2.694.669 €	1445.500 €	1739.500 €	3.385.000 €	2.196.930 €	1108.785 €	3.305.715 €	2.137.840 €	1989.230 €	4.127.070 €	1285.484 €	3.057.85 €	4.342.649 €	5439.400 €	1450.000 €	6.889.400 €
São Brás de Alportel	11.188 €	13.752 €	24.940 €	1325.159 €	69.430 €	1394.589 €	1237.041 €	3.327.063 €	4.564.104 €	3.059.676 €	3.089.607 €	6.149.283 €	342.716 €	138.893 €	481.611 €	125.000 €	0 €	125.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Silves	4.887.061 €	2.385.425 €	7.272.486 €	3.474.192 €	306.525 €	3.780.717 €	2.436.472 €	67.250 €	2.503.722 €	5.579.854 €	43.500 €	5.623.354 €	2.102.746 €	906.003 €	3.018.749 €	1225.045 €	0 €	1225.045 €	1273.247 €	0 €	1273.247 €	1362.636 €	0 €	1362.636 €
Tavira	2.338.439 €	2.871.533 €	5.209.972 €	813.730 €	455.100 €	1.268.830 €	4.181.223 €	98.750 €	4.379.973 €	2.019.435 €	1342.500 €	3.361.935 €	1310.498 €	412.500 €	1722.998 €	1944.133 €	448.000 €	2.392.133 €	1054.178 €	421000 €	1475.178 €	1319.852 €	500.000 €	1819.852 €
Vila do Bispo	99.760 €	69.832 €	169.592 €	61899 €	60.000 €	121899 €	309.946 €	5625 €	315.571 €	87.250 €	21750 €	109.000 €	47.500 €	15.000 €	62.500 €	50.000 €	0 €	50.000 €	98.856 €	50.000 €	248.856 €	0 €	0 €	0 €
Vila Real de Santo António	466.226 €	753.978 €	1220.204 €	843.786 €	466.050 €	1309.836 €	158.069 €	425.930 €	948.936 €	2.333.771 €	3.282.707 €	723.620 €	1633.500 €	2.357.120 €	809.870 €	1045.000 €	295.923 €	0 €	295.923 €	385.072 €	575.000 €	0 €	0 €	575.000 €
Aguar da Beira	246.945 €	0 €	246.945 €	45.877 €	0 €	45.877 €	362.529 €	0 €	362.529 €	153.221 €	0 €	153.221 €	27.402 €	0 €	27.402 €	150.000 €	0 €	150.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Almeida	350.580 €	139.762 €	490.342 €	1016.807 €	674.040 €	1690.847 €	878.687 €	478.525 €	1357.212 €	391366 €	95.912 €	487.276 €	231426 €	186.533 €	417.959 €	255.392 €	609.538 €	864.930 €	20.000 €	0 €	20.000 €	16.464 €	0 €	16.464 €
Calorico da Beira	3777.072 €	275.037 €	4052.109 €	167.733 €	0 €	167.733 €	146.442 €	0 €	146.442 €	128.998 €	0 €	128.998 €	125.223 €	0 €	125.223 €	209.570 €	425.000 €	634.570 €	587.770 €	24.1176 €	0 €	0 €	0 €	24.1176 €
Figueira de Castelo Rodrigo	329.567 €	288.944 €	618.511 €	779.800 €	526.200 €	1306.000 €	312.879 €	183.000 €	495.879 €	275.000 €	325.000 €	600.000 €	567.425 €	196.350 €	763.775 €	1727.442 €	937.614 €	2.665.056 €	500 €	1500 €	2.000 €	462.800 €	100.000 €	562.800 €
Fornos de Algodres	112.569 €	0 €	112.569 €	284.288 €	16.750 €	303.038 €	733.084 €	448.250 €	1181.334 €	589.462 €	127500 €	716.962 €	346.240 €	0 €	346.240 €	284.289 €	0 €	284.289 €	25.403 €	0 €	25.403 €	45.840 €	0 €	45.840 €
Gouveia	144.1309 €	637.251 €	2.078.560 €	1532.915 €	300.000 €	1832.915 €	767.897 €	727.500 €	1495.397 €	6.909.357 €	3.667.784 €	10.577.141 €	1322.275 €	3.232.373 €	4.554.648 €	648.898 €	3.261.867 €	3.910.765 €	1423.906 €	1475.000 €	2.898.906 €	3.015.061 €	1084.885 €	4.099.546 €
Guarda	8.811.104 €	5.485.379 €	14.296.483 €	8.059.839 €	2.475.908 €	10.535.747 €	7460.360 €	591.361 €	8.051.721 €	2.862.725 €	150.000 €	3.012.725 €	511607 €	309.282 €	820.889 €	862.219 €	870.000 €	1732.219 €	1266.885 €	750.000 €	2.016.885 €	2.041.029 €	90.000 €	2.131.029 €
Manteigas	527.934 €	622.899 €	1.150.833 €	747.374 €	752.964 €	1500.338 €	680.652 €	613.459 €	1294.111 €	171000 €	450.000 €	621000 €	71000 €	12.500 €	83.500 €	192.530 €	303.146 €	495.676 €	1.000 €	0 €	1.000 €	1.000 €	0 €	1.000 €
Meda	1119314 €	2.9128 €	141.899 €	1953.451 €	1579.440 €	3.532.891 €	641.902 €	305.000 €	946.902 €	367.686 €	0 €	367.686 €	1261542 €	1161032 €	2.442.574 €	330.321 €	86.511 €	516.832 €	224.885 €	0 €	224.885 €	28.070 €	0 €	28.070 €
Pinhel	752.757 €	45.000 €	797.757 €	413.439 €	21.000 €	434.439 €	730.756 €	102.015 €	832.771 €	764.000 €	960.000 €	1724.000 €	611.145 €	984.660 €	1595.805 €	264.093 €	152.669 €	416.762 €	78.000 €	248.189 €	326.189 €	9.000 €	120.000 €	129.000 €
Sabugal	1295.643 €	2.743.073 €	4.038.716 €	991.570 €	1733.770 €	2.725.280 €	746.568 €	441500 €	1188.068 €	417.178 €	75.000 €	492.178 €	371188 €	30.000 €	401188 €	90.000 €	0 €	90.000 €	23.000 €	0 €	23.000 €	20.000 €	0 €	20.000 €
Seia	3.628.112 €	1377.388 €	5.005.500 €	5383.962 €	1986.273 €	7370.235 €	1817.728 €	360.303 €	2.178.031 €	2.283.108 €	1850.000 €	4.133.108 €	1360.615 €	2.939.091 €	4.299.706 €	2.261.938 €	4.493.339 €	6.759.277 €	1963.114 €	5966.367 €	7929.498 €	576.600 €	0 €	576.600 €
Trancoso	381014 €	928.560 €	1309.574 €	6.250 €	16.750 €	25.000 €	96.410 €	69.580 €	265.990 €	619.667 €	283.333 €	903.000 €	334.096 €	0 €	334.096 €	185.000 €	0 €	185.000 €	491.348 €	0 €	491.348 €	0 €	0 €	0 €
Vila Nova de Foz Côa	3.510.625 €	5414.092 €	8.924.717 €	1112.583 €	262.500 €	1375.083 €	1475.750 €	1462.500 €	2.938.250 €	2.096.185 €	52.500 €	2.148.685 €	912.224 €	936.370 €	1848.594 €	2.379.484 €	6.264.266 €	8.643.750 €	3.311.822 €	5380.033 €	8.691.856 €	1840.000 €	1610.000 €	3.450.000 €
Alcobaça	1503.979 €	754.968 €	2.258.947 €	1072.852 €	269.400 €	1342.252 €	522.000 €	0 €	522.000 €	326.025 €	30.000 €	356.025 €	417.392 €	0 €	417.392 €	132.250 €	0 €	132.250 €	50.750 €	0 €	50.750 €	564.714 €	0 €	564.714 €
Alvalade	40.652 €	0 €	40.652 €	76.130 €	0 €	76.130 €	147.500 €	0 €	147.500 €	130.250 €	45.000 €	175.250 €	28.200 €	0 €	28.200 €	5.000 €	0 €	5.000 €	11573 €	0 €	11573 €	1066 €	0 €	1066 €
Ansião	383.127 €	42.552 €	425.679 €	353.019 €	15.000 €	368.019 €	34.300 €	98.499 €	202.799 €	787.148 €	325.000 €	1112.148 €	415.167 €	0 €	415.167 €	135.000 €	0 €	135.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Batalha	473.6314 €	552.664 €	1026.295 €	462.747 €	705.000 €	1167.747 €	919.023 €	0 €	919.023 €	100.000 €	0 €	100.000 €	150.000 €	0 €	150.000 €	50.000 €	0 €	50.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Bombarral	195.179 €	0 €	195.179 €	117.574 €	0 €	117.574 €	133.627 €	0 €	133.627 €	500.325 €	0 €	500.325 €	642.265 €	0 €	642.265 €	700.859 €	0 €	700.859 €	30.633 €	0 €	30.633 €	10.000 €	0 €	10.000 €
Caldas da Rainha	2.320.959 €	689.681 €	3.010.640 €	1969.676 €	300.000 €	2.269.676 €	3.772.456 €	0 €	3.772.456 €	3.184.916 €	68.449 €	3.253.367 €	1421.829 €	0 €	142.1829 €	1557.536 €	525.000 €	2.082.536 €	2.265.273 €	0 €	2.265.273 €	974.33 €	604.878 €	1579.291 €
Castanheira de Pêra	549.429 €	0 €	549.429 €	196.194 €	0 €	196.194 €	324.652 €	0 €	324.652 €	217.500 €	0 €	217.500 €	2.500 €	0 €	2.500 €	60.000 €	0 €	60.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Figueiró dos Vinhos	622.510 €	1263.964 €	1886.474 €	222.026 €	16.750 €	240.776 €	425.675 €	0 €	425.675 €	72.500 €	0 €	72.500 €	38.628 €	0 €	38.628 €	0 €	0 €	0 €	2.296 €	0 €	2.296 €	438 €	0 €	438 €
Leris	8.689.630 €	7.454.096 €	16.143.726 €	13.18.450 €	5290.143 €	18.408.593 €	6.265.99 €	1886.750 €	8.151.948 €	3.345.051 €	193.332 €	4.528.383 €	3.598.890 €	6.841226 €	10.440.18 €	1528.77 €	1235.924 €	2.764.641 €	5.434.700 €	49.392 €	5.484.092 €	3.570.064 €	1081582 €	4.651646 €
Marinha Grande	4.358.796 €	529.973 €	4.888.769 €	3.728.712 €	333.750 €	4.062.462 €	3.084.386 €	1057.840 €	4.142.226 €	3.094.374 €	720.000 €	3.814.374 €	1473.908 €	0 €	1473.908 €	53.000 €	0 €	53.000 €	10.450 €	0 €	10.450 €	741080 €	0 €	741080 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A5 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Nazaré	1222.112 €	2.236.722 €	3.478.844 €	861.073 €	1290.886 €	2.116.959 €	926.389 €	738.390 €	1664.779 €	1.956.253 €	90.000 €	1.335.253 €	1.607.069 €	0 €	1.607.069 €	3.862.537 €	6.370.000 €	10.232.537 €	14.214.034 €	900.000 €	2.321.403 €	2.687.020 €	650.000 €	3.337.020 €
Óbidos	474.166 €	0 €	474.166 €	258.472 €	0 €	258.472 €	60.000 €	30.000 €	90.000 €	93.707 €	0 €	93.707 €	87.707 €	24.286 €	12.003 €	104.148 €	0 €	104.148 €	299.653 €	779.936 €	500.000 €	1279.936 €	0 €	0 €
Pedrógão Grande	645.645 €	990.413 €	1.636.058 €	1.111.993 €	522.819 €	1.634.811 €	923.016 €	220.000 €	1.143.016 €	437.774 €	75.000 €	512.774 €	281.449 €	0 €	281.449 €	5.000 €	0 €	5.000 €	1459 €	0 €	1459 €	167.500 €	0 €	167.500 €
Peniche	5854.863 €	5029.924 €	10.884.787 €	1053.532 €	130.791 €	2.361.449 €	3.375.793 €	3.14.1500 €	6.517.283 €	3.100.959 €	193.1500 €	50.32.439 €	4.86.1857 €	1.890.571 €	6.72.428 €	8.86.5675 €	2.155.000 €	11.000.675 €	6.625.736 €	2.250.000 €	8.875.736 €	3.10.566 €	2.378.440 €	5.489.006 €
Pombal	2.769.139 €	3.350.711 €	6.119.850 €	1.128.245 €	1.238.020 €	2.366.265 €	472.116 €	65.825 €	637.941 €	285.406 €	12.500 €	297.906 €	93.334 €	0 €	93.334 €	347.303 €	44.000 €	39.1303 €	4516.76 €	989.027 €	1440.703 €	9.1000 €	340.000 €	521.000 €
Porto de Mós	349.404 €	0 €	349.404 €	98.548 €	0 €	98.548 €	107.500 €	30.000 €	137.500 €	182.500 €	15.000 €	197.500 €	232.000 €	0 €	232.000 €	19.000 €	0 €	19.000 €	12.588 €	0 €	12.588 €	26.000 €	35.000 €	61.000 €
Alenquer	2.408.539 €	621.308 €	3.029.847 €	894.290 €	66.1827 €	1.556.117 €	2.153.066 €	0 €	2.153.066 €	914.119 €	0 €	914.119 €	895.000 €	0 €	895.000 €	539.675 €	0 €	539.675 €	1635.292 €	0 €	1635.292 €	1490.654 €	0 €	1490.654 €
Amadora	11.920.765 €	5.274.107 €	17.194.872 €	9.830.732 €	327.250 €	10.157.982 €	8.101.999 €	0 €	8.101.999 €	11.793.789 €	2.622.285 €	14.416.074 €	5.201.966 €	3.955.000 €	9.156.166 €	8.13.1805 €	4.117.775 €	12.249.580 €	10.251.024 €	5.226.828 €	15.477.852 €	8.545.355 €	390.000 €	8.935.355 €
Árdua dos Vinhos	49.880 €	0 €	49.880 €	307.500 €	0 €	307.500 €	1.965.872 €	0 €	1.965.872 €	838.092 €	0 €	838.092 €	621.471 €	0 €	621.471 €	207.72 €	0 €	207.72 €	200.295 €	0 €	200.295 €	100.000 €	0 €	100.000 €
Azambrão	1738.286 €	1680.230 €	3.418.516 €	1738.609 €	305.966 €	2.044.575 €	3.036.620 €	0 €	3.036.620 €	3.717.707 €	12.500 €	3.730.207 €	2.635.000 €	75.000 €	2.710.000 €	2.444.917 €	0 €	2.444.917 €	923.036 €	0 €	923.036 €	3.477.914 €	56.000 €	3.533.914 €
Cadaval	1222.054 €	0 €	1222.054 €	46.027 €	0 €	46.027 €	593.345 €	0 €	593.345 €	299.855 €	0 €	299.855 €	977.522 €	0 €	977.522 €	20.1000 €	0 €	20.1000 €	68.590 €	0 €	68.590 €	708.157 €	0 €	708.157 €
Cacais	7.244.751 €	3.951.529 €	11.196.280 €	4.1712.15 €	1740.220 €	5.911.336 €	5.476.792 €	1.757.997 €	7.234.389 €	9.415.586 €	2.494.058 €	11.909.644 €	8.998.225 €	2.876.772 €	11.874.997 €	8.243.262 €	2.990.748 €	11.234.030 €	10.277.012 €	0 €	10.277.012 €	3.816.616 €	0 €	3.816.616 €
Lisboa	346.550.062 €	150.608.912 €	497.158.974 €	318.165.258 €	125.99.111 €	443.324.369 €	26.143.492 €	123.959.864 €	385.393.356 €	410.100.385 €	128.406.324 €	538.506.709 €	229.292.871 €	79.615.077 €	308.908.048 €	206.749.862 €	116.761.881 €	323.511.763 €	219.903.532 €	126.467.530 €	346.371.062 €	190.220.937 €	10.3.679.834 €	263.900.771 €
Loures	8.096.312 €	2.557.348 €	10.653.660 €	9.706.539 €	3.465.869 €	13.172.408 €	6.204.309 €	2.66.1264 €	8.865.573 €	6.200.370 €	1.163.116 €	7.368.686 €	5.333.111 €	15.000 €	5.348.111 €	5.049.822 €	0 €	5.049.822 €	3.087.283 €	0 €	3.087.283 €	7.331.299 €	0 €	7.331.299 €
Lourinhã	633.474 €	715.276 €	1.348.750 €	2.008.396 €	604.525 €	2.612.921 €	5.654.301 €	76.780 €	5.731.081 €	3.480.682 €	0 €	3.480.682 €	302.500 €	0 €	302.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Mafra	1980.755 €	998.451 €	2.979.206 €	2.236.743 €	136.111 €	2.372.854 €	2.848.695 €	503.668 €	3.352.363 €	1.697.885 €	0 €	1.697.885 €	2.023.450 €	14.965 €	2.038.415 €	4.100.000 €	0 €	4.100.000 €	2.198.455 €	10.000.000 €	3.198.455 €	6.074.800 €	5.000.000 €	11.074.800 €
Odóvilas	5820.395 €	3.445.214 €	9.265.628 €	6.296.166 €	500.816 €	6.796.981 €	399.596 €	717.484 €	1.117.080 €	5.996.428 €	0 €	5.996.428 €	337.306 €	0 €	337.306 €	247.084 €	0 €	247.084 €	123.886 €	0 €	123.886 €	4.370.000 €	0 €	4.370.000 €
Óeiras	21827.010 €	15.065.267 €	36.892.277 €	7.325.009 €	2.199.525 €	9.524.534 €	12.432.782 €	22.000 €	12.454.782 €	56.216.611 €	103.1965 €	57.247.566 €	5.7519.58 €	994.126 €	6.746.084 €	7.859.766 €	1.383.340 €	9.243.106 €	6.844.653 €	2.155.000 €	8.999.653 €	1390.000 €	917.500 €	2.267.500 €
Sintra	28.873.232 €	3.667.017 €	32.540.249 €	37.845.352 €	2.067.746 €	39.913.098 €	23.015.402 €	1608.856 €	24.622.258 €	19.862.253 €	4.890.959 €	24.753.212 €	7.464.579 €	850.000 €	8.314.579 €	7.658.520 €	3.299.705 €	10.918.225 €	6.522.194 €	0 €	6.522.194 €	2.433.194 €	0 €	2.433.194 €
Sobral de Monte Agraço	1635.364 €	0 €	1635.364 €	59.555 €	0 €	59.555 €	69.636 €	0 €	69.636 €	284.507 €	0 €	284.507 €	13.632 €	0 €	13.632 €	1.017 €	0 €	1.017 €	3.294 €	0 €	3.294 €	2.827 €	0 €	2.827 €
Torres Vedras	3.759.131 €	1312.076 €	5.071.207 €	18.98.929 €	34.460 €	1933.389 €	3.201.762 €	466.169 €	3.667.921 €	5.169.268 €	190.810 €	5.360.078 €	1.229.230 €	0 €	1.229.230 €	330.118 €	0 €	330.118 €	2.437.421 €	0 €	2.437.421 €	44.1620 €	0 €	44.1620 €
Vila Franca de Xira	7.966.705 €	584.292 €	7.769.997 €	6.59.1009 €	1.176.707 €	7.767.716 €	5.298.909 €	104.1608 €	6.340.597 €	4.970.944 €	269.968 €	5.240.912 €	3.788.361 €	792.343 €	4.960.704 €	1.176.073 €	453.750 €	1.629.823 €	1.645.886 €	0 €	1.645.886 €	2.120.010 €	0 €	2.120.010 €
Alter do Chão	162.1094 €	2.909.858 €	4.530.752 €	748.918 €	10474.74 €	1796.392 €	1573.536 €	2.333.335 €	3.908.971 €	3.117.450 €	4.329.999 €	7.447.449 €	437.500 €	2.390.665 €	2.828.165 €	157.030 €	354.590 €	5116.20 €	12.000 €	0 €	12.000 €	500 €	0 €	500 €
Aronches	300.362 €	0 €	300.362 €	70.525 €	0 €	70.525 €	251.870 €	0 €	251.870 €	36.700 €	0 €	36.700 €	47.500 €	0 €	47.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aviz	29.928 €	0 €	29.928 €	242.500 €	0 €	242.500 €	93.750 €	0 €	93.750 €	155.950 €	0 €	155.950 €	12.000 €	0 €	12.000 €	43.000 €	0 €	43.000 €	20.000 €	0 €	20.000 €	18.240 €	0 €	18.240 €
Campo Maior	807.056 €	0 €	807.056 €	57.789 €	0 €	57.789 €	90.557 €	0 €	90.557 €	60.999 €	40.000 €	100.999 €	115.000 €	0 €	115.000 €	37.500 €	0 €	37.500 €	19.841 €	0 €	19.841 €	0 €	0 €	0 €
Castelo de Vide	57.136 €	440.315 €	507.451 €	313.683 €	327.405 €	641.088 €	125.873 €	27.500 €	153.373 €	102.813 €	40.000 €	142.813 €	3.750 €	0 €	3.750 €	65.000 €	0 €	65.000 €	14.286 €	0 €	14.286 €	0 €	0 €	0 €
Crato	399.039 €	374.099 €	773.138 €	292.484 €	120.000 €	412.484 €	729.658 €	33.750 €	763.408 €	233.188 €	0 €	233.188 €	20.500 €	0 €	20.500 €	30.000 €	0 €	30.000 €	51.587 €	0 €	51.587 €	0 €	0 €	0 €
Elvas	3.384.327 €	3.394.951 €	6.779.278 €	1.276.016 €	450.000 €	1.726.016 €	2.037.680 €	1.253.672 €	3.291.352 €	2.582.235 €	564.511 €	3.136.746 €	1.500.888 €	54.1926 €	2.042.814 €	1.510.888 €	729.263 €	2.240.151 €	5.403.464 €	0 €	5.403.464 €	16.76.557 €	0 €	16.76.557 €
Fronteira	498.903 €	1.200.000 €	1.698.903 €	172.380 €	1.178.750 €	1.351.130 €	827.500 €	363.500 €	1.191.000 €	182.050 €	0 €	182.050 €	406.095 €	0 €	406.095 €	330.000 €	0 €	330.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Gavião	554.213 €	615.537 €	1.169.750 €	25.877 €	240.132 €	266.009 €	64.000 €	110.000 €	75.000 €	105.500 €	25.000 €	130.500 €	339.295 €	462.000 €	801.295 €	782.320 €	1.171.981 €	1.954.301 €	80.500 €	0 €	80.500 €	84.588 €	0 €	84.588 €
Marvão	73.822 €	0 €	73.822 €	18.941 €	0 €	18.941 €	99.844 €	0 €	99.844 €	90.000 €	0 €	90.000 €	0 €	0 €	0 €	35.000 €	0 €	35.000 €	19.841 €	0 €	19.841 €	0 €	0 €	0 €
Monforte	132.182 €	0 €	132.182 €	148.408 €	0 €	148.408 €	265.487 €	0 €	265.487 €	80.860 €	12.500 €	93.360 €	177.316 €	214.500 €	39.1816 €	164.273 €	187.733 €	362.006 €	27.980 €	0 €	27.980 €	2.529 €	0 €	2.529 €
Nisa	405.389 €	419.917 €	825.306 €	805.133 €	687.980 €	1493.113 €	76.573 €	0 €	76.573 €	5.670 €	0 €	5.670 €	144.500 €	300.000 €	444.500 €	10.000 €	0 €	10.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ponte de Sor	59.534 €	360.630 €	420.164 €	2.78.584 €	624.010 €	3.340.594 €	1.667.980 €	22.000 €	1.689.980 €	1929.360 €	1.998.600 €	3.927.960 €	190.100 €	45.000 €	235.100 €	107.000 €	0 €	107.000 €	27.000 €	0 €	27.000 €	8.000 €	0 €	8.000 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A6 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Portalegre	5.448.449 €	5.793.114 €	11.241.563 €	7.775.322 €	4.661.846 €	12.437.168 €	4.188.006 €	19.26.985 €	6.114.991 €	5.252.342 €	4.098.118 €	9.350.460 €	3.584.844 €	3.208.067 €	6.792.711 €	926.688 €	2.384.220 €	3.310.908 €	99.1500 €	100.000 €	691.800 €	8.90.154 €	0 €	890.154 €
Sousel	286.479 €	613.716 €	900.195 €	98.779 €	169.095 €	267.874 €	160.676 €	0 €	160.676 €	77.500 €	25.000 €	102.500 €	4.030 €	0 €	4.030 €	0 €	0 €	60.000 €	700.000 €	760.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Amarante	1874.413 €	1.269.249 €	3.143.662 €	1032.354 €	2.020.073 €	3.052.427 €	2.689.130 €	2.444.588 €	5.133.718 €	12.15.500 €	1350.000 €	2.565.500 €	1.333.489 €	1.575.000 €	2.908.489 €	494.000 €	187.500 €	681.500 €	990.282 €	1.275.000 €	2.265.282 €	1541673 €	0 €	1541673 €
Baio	2.347.090 €	2.466.667 €	4.813.757 €	22.877 €	0 €	22.877 €	4.41.891 €	462.000 €	6.76.891 €	3.5.927 €	0 €	3.5.927 €	14.15.098 €	1842.908 €	3.258.006 €	1.173.762 €	1.434.598 €	2.608.360 €	150.000 €	150.000 €	300.000 €	673.838 €	665.000 €	1.338.838 €
Felgueiras	4.480.734 €	4.197.932 €	8.678.666 €	1392.620 €	2.535.087 €	3.927.707 €	908.222 €	1.831.634 €	2.739.856 €	553.750 €	12.500 €	566.250 €	2.301.753 €	369.000 €	2.670.753 €	1065.722 €	466.180 €	152.1902 €	9.18.883 €	541883 €	1.460.766 €	313.200 €	42.674 €	355.874 €
Gondomar	7.958.750 €	4.531.135 €	12.489.885 €	4.787.842 €	2.306.218 €	7.094.060 €	1427.345 €	1.576.501 €	3.003.856 €	8.431.419 €	0 €	8.431.419 €	2.309.477 €	900.000 €	3.209.477 €	3.202.326 €	0 €	3.202.326 €	1.295.975 €	54.468 €	1.350.443 €	3.025.349 €	0 €	3.025.349 €
Lousada	900.068 €	56.114 €	146.121 €	905.823 €	1.027.122 €	1.932.945 €	432.815 €	442.435 €	875.250 €	544.712 €	12.500 €	557.212 €	208.596 €	390.000 €	598.596 €	3.11.111 €	0 €	3.11.111 €	61.362 €	340.000 €	401.362 €	509.767 €	0 €	509.767 €
Maia	3.484.169 €	1.362.378 €	4.846.547 €	498.444 €	525.000 €	1.023.444 €	1438.390 €	860.074 €	2.298.464 €	1.813.125 €	0 €	1.813.125 €	759.910 €	1.273.215 €	2.033.125 €	1.331.941 €	1.260.000 €	2.591.941 €	650.228 €	634.085 €	1.284.313 €	399.661 €	0 €	399.661 €
Marco de Canaveses	3.986.612 €	2.266.083 €	6.252.695 €	2.232.562 €	2.247.368 €	4.479.930 €	14.15.303 €	740.000 €	2.165.303 €	1.169.801 €	1350.000 €	2.519.801 €	1038.597 €	2.013.667 €	3.052.264 €	70.000 €	150.000 €	220.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Matosinhos	21422.889 €	4.908.678 €	26.331.565 €	16.121.859 €	7.237.846 €	23.359.705 €	8.312.661 €	5.533.221 €	13.845.882 €	15.9.660 €	11.548.168 €	27.463.818 €	17.452.634 €	12.298.613 €	17.453.346 €	13.521.387 €	30.974.733 €	23.841.920 €	5.329.893 €	29.171.813 €	55.701.205 €	2.249.779 €	58.039.984 €	
Paços de Ferreira	3.472.034 €	448.918 €	3.920.952 €	3.141.016 €	75.000 €	3.216.016 €	1.755.517 €	0 €	1.755.517 €	2.105.911 €	0 €	2.105.911 €	805.000 €	0 €	805.000 €	1.230.000 €	0 €	1.230.000 €	1020.000 €	1.230.000 €	1.230.000 €	1.230.000 €	0 €	1.230.000 €
Paredes	1.122.400 €	127.160 €	1.249.560 €	287.508 €	540.000 €	827.508 €	355.233 €	367.500 €	722.733 €	918.885 €	0 €	918.885 €	834.201 €	788.700 €	1.622.901 €	1.213.337 €	202.500 €	14.15.837 €	143.850 €	608.233 €	752.083 €	14.12.338 €	0 €	14.12.338 €
Paredi	12.64.056 €	9.567.605 €	22.209.660 €	6.332.667 €	3.206.616 €	9.539.282 €	2.454.496 €	1.270.198 €	3.724.694 €	980.224 €	220.102 €	1.200.326 €	1.151.575 €	1.703.092 €	2.854.667 €	1.665.780 €	2.084.163 €	3.749.943 €	404.281 €	0 €	404.281 €	7.750 €	0 €	7.750 €
Porto	364.844.174 €	160.052.773 €	524.896.880 €	330.86173 €	279.688.849 €	610.550.562 €	284.158.292 €	189.735.312 €	473.873.604 €	66.260.550 €	216.10.012 €	878.70.562 €	318.74.845 €	24.307.354 €	56.182.298 €	22.370.979 €	24.355.144 €	46.726.123 €	18.233.111 €	37.184.763 €	20.566.176 €	15.747.669 €	36.313.845 €	
Póvoa de Varzim	3.822.046 €	845.139 €	4.667.185 €	710.743 €	90.000 €	800.743 €	494.224 €	0 €	494.224 €	119.750 €	0 €	119.750 €	85.667 €	240.000 €	325.667 €	100.500 €	82.500 €	183.000 €	68.000 €	34.000 €	102.000 €	347.000 €	0 €	347.000 €
Santo Tirso	2.284.750 €	714.288 €	2.999.038 €	699.404 €	1.464.003 €	2.163.407 €	982.607 €	1.227.117 €	2.209.724 €	52.1611 €	0 €	52.1611 €	605.793 €	383.952 €	989.745 €	533.791 €	10.55.372 €	1589.163 €	80.000 €	425.000 €	505.000 €	82.1230 €	0 €	82.1230 €
Trofa	219.984 €	0 €	258.984 €	710.825 €	0 €	710.825 €	311.094 €	0 €	311.094 €	123.252 €	0 €	123.252 €	32.329 €	0 €	32.329 €	35.000 €	0 €	35.000 €	0 €	0 €	0 €	13.439.972 €	26.779.944 €	
Valongo	5.658.312 €	4.263.012 €	9.921.324 €	7.129.237 €	3.29.419 €	10.423.356 €	2.898.246 €	1.782.424 €	4.680.670 €	5.241.370 €	1.570.526 €	6.811.896 €	905.077 €	1.507.533 €	2.412.610 €	464.619 €	1.149.435 €	16.14.054 €	6.810.648 €	552.500 €	1.587.148 €	451.321 €	0 €	451.321 €
Vila do Conde	3.551.151 €	2.817.890 €	6.369.001 €	1.964.587 €	1.999.116 €	3.963.703 €	2.307.158 €	1.579.888 €	3.887.046 €	2.523.983 €	0 €	2.523.983 €	53.1537 €	0 €	53.1537 €	1.884.600 €	0 €	1.884.600 €	2.097.863 €	550.000 €	2.647.863 €	2.543.099 €	0 €	2.543.099 €
Vila Nova de Gaia	5.431.366 €	8.844.526 €	17.275.892 €	10.363.224 €	12.803.078 €	23.166.302 €	8.200.801 €	12.722.869 €	20.923.690 €	1.304.091 €	300.000 €	1.604.091 €	6.349.915 €	8.920.511 €	15.270.428 €	5.376.030 €	16.947.228 €	22.323.258 €	3.690.104 €	9.125.464 €	12.815.968 €	8.268.814 €	5.674.703 €	13.944.517 €
Vilaverde	4.754.491 €	5.951.322 €	10.705.813 €	2.385.616 €	4.279.636 €	6.665.252 €	1.579.395 €	792.217 €	2.371.612 €	1.268.173 €	25.000 €	1.293.173 €	1.230.670 €	645.750 €	1.876.420 €	2.178.066 €	792.106 €	2.970.172 €	533.690 €	300.000 €	833.690 €	1.334.667 €	2.715.545 €	
Alcanena	2.045.925 €	13.752 €	2.059.677 €	2.060.853 €	847.769 €	2.908.622 €	1.167.883 €	55.000 €	1.222.883 €	2.620.318 €	1.977.346 €	4.597.664 €	618.087 €	0 €	618.087 €	26.595 €	0 €	26.595 €	366.876 €	0 €	366.876 €	0 €	0 €	0 €
Almerim	153.824 €	0 €	153.824 €	84.057 €	0 €	84.057 €	38.638 €	0 €	38.638 €	3.050.873 €	0 €	3.050.873 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Alpiarça	407.093 €	36.6.223 €	773.315 €	73.1000 €	558.000 €	1.289.000 €	428.500 €	102.000 €	530.500 €	325.809 €	0 €	325.809 €	22.475 €	0 €	22.475 €	5.968 €	0 €	5.968 €	11.307 €	0 €	11.307 €	3.887 €	0 €	3.887 €
Benavente	1014.588 €	903.752 €	1.918.340 €	328.093 €	0 €	328.093 €	205.236 €	13.1622 €	306.858 €	133.679 €	0 €	133.679 €	693.842 €	1.210.000 €	1.903.842 €	1.357.502 €	1.468.115 €	2.825.815 €	21.000 €	0 €	21.000 €	0 €	0 €	0 €
Cartaxo	1820.228 €	2.418.243 €	4.238.471 €	3.013.244 €	3.272.502 €	6.285.746 €	10.83.271 €	13.28.820 €	2.412.091 €	164.605 €	103.3.67 €	267.972 €	52.664 €	0 €	52.664 €	100.000 €	0 €	100.000 €	200.000 €	0 €	200.000 €	156.352 €	0 €	156.352 €
Chamusca	1574.242 €	1.082.990 €	2.657.232 €	1.672.626 €	692.631 €	2.365.257 €	382.934 €	171.221 €	554.155 €	46.500 €	0 €	46.500 €	103.771 €	15.000 €	118.771 €	204.736 €	0 €	204.736 €	80.233 €	0 €	80.233 €	7.704 €	0 €	7.704 €
Constância	225.958 €	0 €	225.958 €	100.256 €	0 €	100.256 €	209.841 €	0 €	209.841 €	25.000 €	0 €	25.000 €	5.620 €	15.000 €	20.620 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Coruche	548.678 €	0 €	548.678 €	210.172 €	409.000 €	619.172 €	2.95.241 €	410.675 €	705.916 €	126.961 €	182.864 €	309.845 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Entroncamento	2.094.831 €	0 €	2.094.831 €	1.256.490 €	0 €	1.256.490 €	683.750 €	0 €	683.750 €	1.078.000 €	0 €	1.078.000 €	203.431 €	0 €	203.431 €	430.000 €	0 €	430.000 €	62.1752 €	0 €	62.1752 €	965.000 €	0 €	965.000 €
Ferreira do Zêzere	122.565 €	270.75 €	149.640 €	125.95 €	0 €	125.95 €	165.330 €	0 €	165.330 €	2.484.119 €	1600.000 €	4.084.119 €	2.755.523 €	2.338.987 €	5.094.119 €	5.968 €	499.000 €	504.988 €	4.988 €	0 €	4.988 €	0 €	0 €	0 €
Golegã	968.252 €	231.9.411 €	1.200.193 €	150.563 €	224.097 €	374.660 €	223.234 €	0 €	223.234 €	77.550 €	0 €	77.550 €	78.794 €	0 €	78.794 €	44.742 €	0 €	44.742 €	14.093 €	0 €	14.093 €	9.992 €	0 €	9.992 €
Mação	152.193 €	0 €	152.193 €	66.961 €	22.500 €	89.461 €	301.844 €	13.750 €	315.594 €	382.916 €	40.000 €	422.916 €	3.750 €	0 €	3.750 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ourense	556.965 €	9.945 €	566.910 €	284.161 €	0 €	284.161 €	263.880 €	0 €	263.880 €	70.000 €	0 €	70.000 €	476.136 €	560.000 €	1.036.136 €	1.06.1324 €	1.506.744 €	2.568.068 €	6.220 €	0 €	6.220 €	940.000 €	0 €	940.000 €
Rio Maior	1329.936 €	0 €	1.329.936 €	41.136 €	0 €	41.136 €	1.223.078 €	0 €	1.223.078 €	965.000 €	0 €	965.000 €	18.149 €	18.750 €	34.899 €	250.000 €	0 €	250.000 €	5.369 €	0 €	5.369 €	0 €	0 €	0 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A7 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Salvatierra de Magos	49.132 €	0 €	49.132 €	69.487 €	0 €	69.487 €	29.900 €	0 €	29.900 €	55.000 €	0 €	55.000 €	14.177 €	0 €	14.177 €	47.84 €	0 €	47.84 €	25.499 €	0 €	25.499 €	25.800 €	0 €	25.800 €
Santarém	11.085.923 €	6.321.884 €	20.407.807 €	7.777.983 €	385.125 €	8.163.108 €	3.384.176 €	812.90 €	4.197.076 €	6.052.813 €	159.446 €	6.212.259 €	4.289.701 €	1.154.80 €	5.443.881 €	9.088.992 €	1.167.700 €	10.256.692 €	132.370 €	0 €	132.370 €	1.693.559 €	3.235.000 €	4.928.559 €
Sardoal	52.873 €	0 €	52.873 €	45.128 €	0 €	45.128 €	487.382 €	0 €	487.382 €	254.407 €	0 €	254.407 €	0 €	0 €	0 €	22.990 €	0 €	22.990 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Tomar	12.884.697 €	4.085.022 €	16.969.719 €	8.785.900 €	966.158 €	9.752.058 €	2.920.027 €	70.500 €	2.990.527 €	8.209.259 €	2.674.667 €	10.883.926 €	7.163.969 €	7.343.273 €	14.527.242 €	11.920.799 €	9.336.165 €	20.856.924 €	2.451.125 €	0 €	2.451.125 €	2.368.164 €	0 €	2.368.164 €
Torres Novas	1435.031 €	43.189 €	1478.220 €	556.583 €	0 €	556.583 €	551.345 €	0 €	551.345 €	295.800 €	0 €	295.800 €	242.947 €	0 €	242.947 €	107.888 €	0 €	107.888 €	90.714 €	0 €	90.714 €	764.098 €	0 €	764.098 €
Vila Nova da Barquinha	0 €	0 €	0 €	236.668 €	0 €	236.668 €	462.310 €	0 €	462.310 €	191.661 €	0 €	191.661 €	652.500 €	0 €	652.500 €	819.497 €	0 €	819.497 €	738.000 €	0 €	738.000 €	421.542 €	0 €	421.542 €
Aldoar do Sal	1597.509 €	450.000 €	2.047.509 €	1.055.000 €	0 €	1.055.000 €	2.253.138 €	0 €	2.253.138 €	10.114.211 €	0 €	10.114.211 €	791.000 €	7.500 €	798.500 €	10.52.336 €	2.138.008 €	3.190.344 €	4.500 €	0 €	4.500 €	16.812.256 €	39.170.171 €	55.982.427 €
Alcochete	1624.069 €	0 €	1.624.069 €	3.202.748 €	0 €	3.202.748 €	684.663 €	110.000 €	794.663 €	695.663 €	53.129 €	748.792 €	523.690 €	0 €	523.690 €	175.828 €	0 €	175.828 €	155.427 €	0 €	155.427 €	17.545 €	0 €	17.545 €
Almada	26.524.531 €	8.623.452 €	35.147.983 €	13.284.432 €	5.249.599 €	18.534.031 €	6.619.943 €	1.652.985 €	8.272.928 €	6.851.198 €	2.163.635 €	9.014.831 €	9.501.362 €	408.000 €	9.909.362 €	5.281.198 €	395.000 €	5.676.198 €	3.790.604 €	3.631.915 €	4.154.519 €	13.183.215 €	3.630.371 €	16.813.586 €
Barcelos	2.225.456 €	0 €	2.225.456 €	1.286.148 €	448.918 €	1.735.066 €	13.94.957 €	20.10.000 €	1.555.957 €	4.541.838 €	40.000 €	4.581.838 €	8.108.674 €	41.250 €	8.149.924 €	3.491.522 €	2.423.374 €	0 €	2.423.374 €	937.046 €	0 €	937.046 €	0 €	937.046 €
Grândola	3.697.008 €	716.380 €	4.413.388 €	1.610.000 €	0 €	1.610.000 €	1.611.711 €	404.804 €	2.016.515 €	1.775.000 €	0 €	1.775.000 €	1.372.000 €	18.000 €	1.390.000 €	16.000 €	0 €	16.000 €	8.180.052 €	0 €	8.180.052 €	25.036.388 €	0 €	25.036.388 €
Moita	1843.967 €	81.383 €	1.925.350 €	1.114.536 €	0 €	1.114.536 €	624.440 €	0 €	624.440 €	2.112.693 €	0 €	2.112.693 €	1.359.614 €	18.750 €	1.378.364 €	942.712 €	0 €	942.712 €	3.206.281 €	0 €	3.206.281 €	350.000 €	0 €	350.000 €
Montijo	3.021.798 €	0 €	3.021.798 €	1.245.506 €	0 €	1.245.506 €	10.34.727 €	0 €	10.34.727 €	1.374.860 €	0 €	1.374.860 €	475.315 €	22.500 €	497.815 €	44.10.000 €	0 €	44.10.000 €	530.213 €	0 €	530.213 €	2.748.000 €	0 €	2.748.000 €
Palmela	700.069 €	514.131 €	1.214.200 €	240.695 €	142.913 €	383.608 €	25.000 €	0 €	25.000 €	17.500 €	0 €	17.500 €	2.780.938 €	2.618.125 €	5.399.063 €	3.573.961 €	1.725.153 €	5.299.114 €	794.133 €	12.0.821 €	914.954 €	472.015 €	0 €	472.015 €
Santiago do Cacém	3.095.401 €	9.809.214 €	12.904.615 €	1549.972 €	4.956.221 €	6.956.193 €	5.126.302 €	7.345.363 €	12.471.665 €	977.337 €	102.7.321 €	2.004.696 €	705.600 €	0 €	705.600 €	966.500 €	1.328.500 €	2.295.000 €	12.94.445 €	15.91.191 €	2.773.996 €	1.243.853 €	936.957 €	2.180.810 €
Seixal	3.445.519 €	433.873 €	3.879.392 €	3.853.096 €	197.82 €	4.050.276 €	3.768.796 €	0 €	3.768.796 €	3.983.189 €	0 €	3.983.189 €	2.269.389 €	0 €	2.269.389 €	353.594 €	0 €	353.594 €	2.376.034 €	0 €	2.376.034 €	1.783.135 €	0 €	1.783.135 €
Sesimbra	2.084.170 €	789.453 €	2.873.623 €	1.909.750 €	0 €	1.909.750 €	4.044.741 €	1.883.955 €	5.928.696 €	5.108.981 €	3.037.722 €	8.146.703 €	2.989.343 €	1.794.712 €	4.784.055 €	1.701.499 €	703.314 €	2.404.753 €	1.757.824 €	1.090.000 €	2.807.824 €	4.327.500 €	700.000 €	5.027.500 €
Setúbal	11.481.984 €	6.919.083 €	18.401.067 €	9.161.829 €	3.361.738 €	12.523.567 €	8.336.346 €	1.912.848 €	10.249.194 €	6.283.599 €	6.422.560 €	12.706.159 €	3.017.902 €	0 €	3.017.902 €	2.718.568 €	376.286 €	3.094.854 €	5.234.201 €	100.000 €	5.334.201 €	6.305.220 €	47.040 €	6.352.260 €
Sines	23.926.006 €	14.244.527 €	38.170.533 €	11.237.244 €	9.124.006 €	20.361.250 €	3.635.858 €	2.723.060 €	6.358.918 €	1.606.115 €	1.225.000 €	2.831.115 €	1.497.498 €	10.30.000 €	2.527.498 €	1.617.442 €	1.226.070 €	2.843.512 €	1.862.036 €	472.500 €	2.334.536 €	16.834.000 €	7.087.000 €	23.921.000 €
Ázores de Valdevez	505.114 €	0 €	505.114 €	403.987 €	51.000 €	454.987 €	532.375 €	283.583 €	815.958 €	320.008 €	0 €	320.008 €	237.854 €	225.000 €	462.854 €	370.957 €	300.750 €	671.707 €	290.462 €	254.538 €	545.000 €	197.542 €	831.860 €	1.029.402 €
Caminha	3.326.536 €	3.693.267 €	7.019.803 €	3.683.800 €	9.305.579 €	12.989.379 €	740.950 €	390.000 €	1.130.950 €	246.055 €	0 €	246.055 €	357.708 €	0 €	357.708 €	375.000 €	50.000 €	425.000 €	385.600 €	250.000 €	635.600 €	8.420 €	0 €	8.420 €
Matagosa	1.169.171 €	22.136 €	1.191.307 €	29.727 €	4.643 €	34.370 €	362 €	0 €	362 €	369.319 €	0 €	369.319 €	75.558 €	0 €	75.558 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	569.722 €	0 €	569.722 €	0 €
Monção	732.364 €	89.185 €	821.549 €	912.567 €	0 €	912.567 €	354.072 €	0 €	354.072 €	317.232 €	0 €	317.232 €	214.390 €	0 €	214.390 €	84.994 €	0 €	84.994 €	357.292 €	356.250 €	713.542 €	55.803 €	801.250 €	957.053 €
Paredes de Coura	27.162 €	0 €	27.162 €	7.500 €	0 €	7.500 €	31.750 €	22.000 €	53.750 €	15.000 €	0 €	15.000 €	81.926 €	0 €	81.926 €	263.399 €	256.543 €	519.942 €	59.957 €	0 €	59.957 €	91.093 €	0 €	91.093 €
Ponte da Barca	1.228.998 €	3.381 €	1.232.379 €	1.265.100 €	0 €	1.265.100 €	388.337 €	300.000 €	688.337 €	524.123 €	12.500 €	536.623 €	164.856 €	0 €	164.856 €	200.000 €	0 €	200.000 €	461.696 €	0 €	461.696 €	1.600.000 €	0 €	1.600.000 €
Ponte de Lima	3.503.132 €	1.369.295 €	4.872.427 €	1.582.857 €	638.007 €	2.220.864 €	1.350.409 €	591.750 €	1.942.159 €	2.819.279 €	9.333 €	2.828.612 €	248.342 €	0 €	248.342 €	223.396 €	83.136 €	308.492 €	437.750 €	437.750 €	875.500 €	639.511 €	1.500.112 €	2.139.623 €
Vila Verde	784.550 €	293.020 €	1.077.570 €	103.426 €	0 €	103.426 €	229.454 €	248.063 €	477.517 €	51.857 €	0 €	51.857 €	18.500 €	0 €	18.500 €	3.000 €	0 €	3.000 €	5.763 €	0 €	5.763 €	7.166 €	0 €	7.166 €
Viana do Castelo	17.924.135 €	13.761.920 €	31.686.055 €	12.943.267 €	6.934.424 €	19.877.691 €	5.080.773 €	3.037.319 €	8.118.092 €	4.086.948 €	1.819.199 €	5.906.145 €	6.345.020 €	3.449.687 €	9.794.707 €	9.020.427 €	3.813.421 €	12.833.848 €	4.277.034 €	2.862.480 €	7.139.514 €	8.377.462 €	1946.380 €	10.323.842 €
Vila Nova de Cerveira	572.80 €	852.635 €	1.424.815 €	5.000 €	0 €	5.000 €	10.24.655 €	1.166.800 €	2.119.455 €	736.211 €	718.672 €	1.454.933 €	31.741 €	0 €	31.741 €	58.500 €	0 €	58.500 €	48.000 €	0 €	48.000 €	116.320 €	0 €	116.320 €
Vila Verde	867.800 €	1.474.332 €	2.342.132 €	2.746.417 €	3.071.977 €	5.818.394 €	21.184 €	717.089 €	928.937 €	2.188.089 €	1.336.294 €	3.524.383 €	883.061 €	814.441 €	1.697.502 €	99.1599 €	1.141.777 €	2.133.376 €	475.000 €	864.754 €	1.339.754 €	0 €	0 €	0 €
Botões	226.416 €	0 €	226.416 €	150.541 €	0 €	150.541 €	62.999 €	0 €	62.999 €	379.619 €	25.000 €	404.619 €	12.364 €	0 €	12.364 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Chaves	3.094.321 €	1.420.362 €	4.514.683 €	2.590.140 €	707.956 €	3.298.096 €	2.304.512 €	0 €	2.304.512 €	4.466.424 €	3.587.208 €	8.053.632 €	3.846.345 €	2.279.213 €	6.125.558 €	18.09.732 €	56.250 €	18.659.82 €	140.1377 €	0 €	140.1377 €	1.170.507 €	0 €	1.170.507 €
Marão Frio	620.131 €	0 €	620.131 €	83.811 €	0 €	83.811 €	118.750 €	120.000 €	238.750 €	20.000 €	0 €	20.000 €	210.880 €	0 €	210.880 €	156.015 €	408.046 €	544.061 €	30.000 €	0 €	30.000 €	0 €	0 €	0 €
Mondim de Basto	195.096 €	351.653 €	546.749 €	28.101 €	0 €	28.101 €	253.750 €	0 €	253.750 €	79.000 €	0 €	79.000 €	15.000 €	0 €	15.000 €	20.000 €	0 €	20.000 €	47.697 €	0 €	47.697 €	99.928 €	0 €	99.928 €
Montalegre	338.726 €	135.373 €	474.099 €	447.400 €	31.559 €	478.959 €	308.996 €	465.250 €	774.246 €	162.200 €	0 €	162.200 €	292.000 €	510.000 €	802.000 €	30.428 €	91.286 €	12.174 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A8 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Murça	19.653 €	2.839 €	12.242 €	12.600 €	0 €	12.600 €	207.924 €	0 €	207.924 €	88.132 €	0 €	88.132 €	85.480 €	0 €	85.480 €	31.582 €	0 €	31.582 €	5.570 €	0 €	5.570 €	36.993 €	0 €	36.993 €
Peso da Régua	12.90.672 €	687.094 €	19.77.766 €	854.825 €	337.500 €	1.192.325 €	286.935 €	10.000 €	396.935 €	137.667 €	0 €	137.667 €	143.966 €	476.843 €	620.029 €	6.166 €	0 €	6.166 €	498.561 €	0 €	498.561 €	362.281 €	630.000 €	992.281 €
Ribeira de Pena	279.577 €	0 €	279.577 €	316.555 €	0 €	316.555 €	442.804 €	0 €	442.804 €	315.406 €	0 €	315.406 €	15.000 €	0 €	15.000 €	136.455 €	0 €	136.455 €	56.984 €	0 €	56.984 €	0 €	0 €	0 €
Sabrosa	261.479 €	0 €	261.479 €	279.417 €	0 €	279.417 €	160.885 €	75.000 €	235.885 €	192.241 €	0 €	192.241 €	57.500 €	0 €	57.500 €	185.000 €	0 €	185.000 €	143.294 €	0 €	143.294 €	70.112 €	0 €	70.112 €
Santa Maria de Penaguião	403.976 €	0 €	403.976 €	209.745 €	0 €	209.745 €	171.571 €	0 €	171.571 €	13.121 €	0 €	13.121 €	100.000 €	0 €	100.000 €	0 €	0 €	0 €	100.000 €	0 €	100.000 €	30.000 €	0 €	30.000 €
Valpaços	363.112 €	0 €	363.112 €	640.000 €	0 €	640.000 €	540.000 €	0 €	540.000 €	605.000 €	0 €	605.000 €	1.002.500 €	3.600.000 €	4.602.500 €	2.307.856 €	3.825.533 €	6.133.389 €	33.1250 €	513.750 €	845.000 €	52.000 €	0 €	52.000 €
Vila Pouca de Aguiar	130.633 €	0 €	130.633 €	29.633 €	0 €	29.633 €	162.220 €	337.500 €	499.720 €	267.930 €	0 €	267.930 €	6.616 €	0 €	6.616 €	140.674 €	0 €	140.674 €	580 €	0 €	580 €	0 €	0 €	0 €
Vila Real	8.710.585 €	6.090.098 €	14.800.683 €	7.405.841 €	8.674.786 €	16.080.627 €	3.174.675 €	3.353.172 €	6.527.847 €	3.280.382 €	914.746 €	4.195.128 €	805.441 €	47.000 €	852.441 €	2.706.582 €	2.206.724 €	4.913.306 €	2.612.143 €	56.336 €	2.668.479 €	1.524.336 €	632.870 €	2.157.206 €
Armamar	40.000 €	0 €	40.000 €	1603.728 €	1548.764 €	3.152.490 €	751.528 €	897.979 €	1649.507 €	123.534 €	463.485 €	587.019 €	21472 €	0 €	21472 €	1000 €	0 €	1000 €	5.000 €	0 €	5.000 €	0 €	0 €	0 €
Carregal do Sal	49.880 €	0 €	49.880 €	10.499 €	0 €	10.499 €	111.499 €	60.000 €	171.499 €	190.999 €	150.000 €	300.999 €	108.157 €	0 €	108.157 €	5.000 €	0 €	5.000 €	500 €	1.500 €	2.000 €	10.000 €	23.333 €	33.333 €
Castro Daire	12.570.645 €	15.83.634 €	27.724.279 €	1858.142 €	13.19.230 €	3.177.372 €	588.750 €	1057.500 €	1646.250 €	4.979.124 €	0 €	4.979.124 €	55.100 €	0 €	55.100 €	40.236 €	0 €	40.236 €	43.927 €	0 €	43.927 €	700 €	150.000 €	150.700 €
Cinfães	2.554.849 €	644.866 €	3.199.715 €	2.895.460 €	12.68.918 €	4.164.378 €	3.112.877 €	731.977 €	3.844.074 €	442.532 €	0 €	442.532 €	177.000 €	375.000 €	552.000 €	220.000 €	630.000 €	850.000 €	213.716 €	26.216 €	239.934 €	85.072 €	0 €	85.072 €
Lamego	6.761.176 €	7.706.874 €	14.468.050 €	3.459.826 €	4.292.358 €	7.752.184 €	3.581.832 €	4.114.952 €	7.696.784 €	2.472.514 €	2.571.852 €	5.044.366 €	2.001.363 €	2.934.794 €	4.936.157 €	4.78.000 €	18.14.834 €	2.293.834 €	55.000 €	50.000 €	105.000 €	70.1040 €	0 €	70.1040 €
Mangualde	155.319 €	0 €	155.319 €	463.250 €	32.1750 €	785.000 €	26.059 €	20.306 €	46.365 €	65.283 €	150.000 €	215.283 €	49.930 €	0 €	49.930 €	4.000 €	0 €	4.000 €	7.682 €	0 €	7.682 €	50.1000 €	0 €	50.1000 €
Moimenta da Beira	206.433 €	0 €	206.433 €	248.050 €	0 €	248.050 €	175.285 €	0 €	175.285 €	74.472 €	0 €	74.472 €	88.797 €	41606 €	130.403 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	290.000 €	0 €	290.000 €	
Mortágua	372.052 €	184.109 €	556.161 €	920.092 €	585.076 €	1505.168 €	126.043 €	9.255 €	135.298 €	95.204 €	0 €	95.204 €	19.196 €	0 €	19.196 €	77.373 €	0 €	77.373 €	45.299 €	0 €	45.299 €	2.001.244 €	0 €	2.001.244 €
Nelas	210.892 €	0 €	210.892 €	113.741 €	0 €	113.741 €	75.000 €	0 €	75.000 €	186.000 €	0 €	186.000 €	27.865 €	0 €	27.865 €	74.917 €	0 €	74.917 €	8.872 €	0 €	8.872 €	2.251 €	0 €	2.251 €
Olivera de Frades	2.948.394 €	0 €	2.948.394 €	1219.262 €	0 €	1219.262 €	90.576 €	0 €	90.576 €	176.376 €	0 €	176.376 €	224.857 €	0 €	224.857 €	450.000 €	0 €	450.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Penalva do Castelo	230.770 €	13.752 €	244.522 €	155.032 €	0 €	155.032 €	156.413 €	75.000 €	231.413 €	205.478 €	540.000 €	745.478 €	139.086 €	300.000 €	439.086 €	254.456 €	363.873 €	618.329 €	60.692 €	150.942 €	211.634 €	52.787 €	0 €	52.787 €
Penedono	60.000 €	0 €	60.000 €	60.000 €	0 €	60.000 €	50.000 €	0 €	50.000 €	25.000 €	0 €	25.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Resende	1404.966 €	233.223 €	1638.189 €	1085.237 €	550.000 €	1635.237 €	700.878 €	940.000 €	1640.878 €	178.244 €	0 €	178.244 €	15.745 €	666.121 €	78.186 €	243.723 €	983.879 €	12.27.602 €	0 €	0 €	232.000 €	0 €	232.000 €	
Santa Comba Dão	1220.921 €	235.741 €	1456.662 €	293.809 €	0 €	293.809 €	114.801 €	60.000 €	174.801 €	248.191 €	60.000 €	308.191 €	245.310 €	0 €	245.310 €	8.000 €	0 €	8.000 €	1500 €	1.500 €	3.000 €	82.744 €	116.667 €	199.411 €
São João da Pesqueira	869.199 €	812.242 €	1681441 €	1051.347 €	811.071 €	1862.418 €	16.395 €	48.609 €	164.994 €	521.835 €	142.996 €	664.831 €	459.70 €	0 €	459.70 €	85.79 €	0 €	85.79 €	15.000 €	0 €	15.000 €	51.455 €	0 €	51.455 €
São Pedro do Sul	170.126 €	163.391 €	333.517 €	166.786 €	120.000 €	286.786 €	46.036 €	82.500 €	128.536 €	394.782 €	684.000 €	1078.782 €	123.944 €	300.000 €	423.944 €	348.000 €	450.000 €	798.000 €	28.500 €	1.500 €	30.000 €	93.100 €	210.000 €	303.100 €
São João	1165.433 €	1226.224 €	2.391657 €	1678.800 €	885.648 €	2.564.448 €	473.978 €	412.695 €	886.673 €	253.923 €	300.087 €	554.010 €	144.651 €	402.987 €	547.638 €	183.790 €	981.250 €	1185.000 €	641.157 €	1.775.997 €	2.417.54 €	75.000 €	300.000 €	375.000 €
Sernacelhe	233.040 €	0 €	233.040 €	159.765 €	0 €	159.765 €	572.346 €	0 €	572.346 €	1026.196 €	0 €	1026.196 €	430.478 €	0 €	430.478 €	86.594 €	0 €	86.594 €	46.528 €	0 €	46.528 €	182.075 €	0 €	182.075 €
Tabuaço	598.558 €	384.074 €	982.632 €	52.500 €	55.000 €	107.500 €	97.068 €	10.000 €	107.068 €	42.500 €	0 €	42.500 €	15.000 €	0 €	15.000 €	53.593 €	0 €	53.593 €	49.238 €	0 €	49.238 €	94.356 €	0 €	94.356 €
Tarouca	515.048 €	748.887 €	1261.935 €	278.366 €	525.000 €	803.366 €	270.595 €	600.000 €	870.595 €	50.763 €	0 €	50.763 €	1360 €	0 €	1360 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Tondela	769.368 €	1340.280 €	2.109.648 €	735.252 €	62.1899 €	1356.441 €	1872.882 €	742.486 €	2.615.368 €	118.361 €	3.295.136 €	4.413.497 €	1594.449 €	2.525.244 €	4.119.693 €	862.400 €	1871.803 €	2.734.203 €	274.844 €	0 €	274.844 €	798.800 €	120.000 €	918.800 €
Vila Nova de Paiva	141.759 €	0 €	141.759 €	192.426 €	0 €	192.426 €	58.487 €	0 €	58.487 €	71.557 €	0 €	71.557 €	29.647 €	0 €	29.647 €	64.456 €	0 €	64.456 €	57.000 €	0 €	57.000 €	47.273 €	0 €	47.273 €
Viseu	9.659.093 €	8.854.770 €	18.512.863 €	8.426.429 €	4.279.134 €	12.705.563 €	2.284.422 €	555.000 €	2.839.422 €	50.9.119 €	600.000 €	5.619.119 €	1.742.924 €	403.000 €	2.145.924 €	1.189.499 €	978.169 €	2.167.668 €	1.190.010 €	548.923 €	1.738.933 €	2.484.765 €	1036.667 €	3.521.432 €
Vouzela	907.881 €	623.497 €	1531.378 €	1357.921 €	789.000 €	2.146.921 €	204.836 €	297.810 €	502.646 €	366.521 €	411.761 €	778.282 €	166.971 €	0 €	166.971 €	16.000 €	0 €	16.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Angra do Heroísmo	18.5.580 €	0 €	18.5.580 €	1518.563 €	0 €	1518.563 €	1.132.774 €	1080.000 €	2.212.774 €	976.153 €	758.000 €	1.735.153 €	356.913 €	142.160 €	499.073 €	2.301.577 €	3.087.774 €	5.398.291 €	3.075.536 €	104.335 €	3.178.871 €	10.070.42 €	4.142.570 €	14.169.812 €
Calheta (açores)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Corvo	4.988 €	0 €	4.988 €	0 €	0 €	0 €	5.000 €	0 €	5.000 €	0 €	0 €	0 €	2.500 €	0 €	2.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)

Tabela A9 – PIDDAC por concelhos (continuação)

	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009		
	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total	Piddac Nacional	Piddac Comunitario	Piddac Total
Horta	1047.476 €	0 €	1047.476 €	478.451 €	0 €	478.451 €	988.18 €	0 €	988.18 €	862.004 €	63.632 €	625.636 €	278.980 €	0 €	278.980 €	550.000 €	1.092.820 €	16.42.820 €	12.92.927 €	2.748.080 €	4.000.087 €	764.153 €	4.330.202 €	5.094.355 €
Lagoa (açores)	498.798 €	0 €	498.798 €	369.640 €	0 €	369.640 €	15.000 €	0 €	15.000 €	2.500 €	0 €	2.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Lajes das Flores	4.988 €	0 €	4.988 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Lajes do Pico	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Madalena	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20.000 €	0 €	20.000 €	20.000 €	0 €	20.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	102.662 €	102.662 €	205.324 €	28.936 €	143.726 €	172.662 €
Nordeste	503.786 €	0 €	503.786 €	2.502.500 €	0 €	2.502.500 €	15.000 €	0 €	15.000 €	720.000 €	0 €	720.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Porta da Selva	1091991 €	1.197.15 €	2.289.106 €	5.592.624 €	945.341 €	6.537.965 €	798.438 €	1539.980 €	2.338.418 €	534.896 €	1801.446 €	2.336.342 €	674.600 €	895.67 €	1493.27 €	400.000 €	343.000 €	743.000 €	4.225.000 €	0 €	4.225.000 €	2.916.000 €	0 €	2.916.000 €
Povoação	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	30.000 €	0 €	30.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	56.1600 €	0 €	56.1600 €
Ribeira Grande	4.44.429 €	0 €	444.429 €	2.905.000 €	0 €	2.905.000 €	1515.000 €	0 €	1515.000 €	117.500 €	0 €	117.500 €	580.624 €	3.278.040 €	3.866.664 €	0 €	0 €	0 €	47.4414 €	0 €	47.4414 €	0 €	0 €	0 €
Santa Cruz da Graciosa	1496.394 €	0 €	1496.394 €	800.000 €	0 €	800.000 €	15.000 €	0 €	15.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Santa Cruz das Flores	1501.379 €	0 €	1501.379 €	800.000 €	0 €	800.000 €	105.000 €	0 €	105.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
São Roque do Pico	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	5.000 €	0 €	5.000 €	2.500 €	0 €	2.500 €	2.500 €	0 €	2.500 €	0 €	0 €	0 €	35.880 €	0 €	35.880 €	0 €	0 €	0 €
Velas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Vila Praia da Vitória	4.988 €	0 €	4.988 €	500 €	0 €	500 €	80.000 €	0 €	80.000 €	38.000 €	0 €	38.000 €	18.878 €	0 €	18.878 €	430.000 €	0 €	430.000 €	989.811 €	0 €	989.811 €	447.796 €	0 €	447.796 €
Vila do Porto	99.760 €	0 €	99.760 €	100.000 €	0 €	100.000 €	35.000 €	0 €	35.000 €	12.500 €	0 €	12.500 €	12.500 €	0 €	12.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Vila Franca do Campo	1097.354 €	0 €	1097.354 €	592.292 €	0 €	592.292 €	125.000 €	0 €	125.000 €	7.500 €	0 €	7.500 €	2.500 €	0 €	2.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caheta (madeira)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Câmara de Lobos	4.988 €	0 €	4.988 €	87 €	0 €	87 €	0 €	0 €	0 €	1000 €	0 €	1000 €	2.500 €	0 €	2.500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Funchal	3.213.839 €	1.084.886 €	4.298.725 €	2.406.541 €	562.500 €	2.969.041 €	3.807.437 €	312.250 €	4.119.687 €	5.562.633 €	1805.259 €	7.357.892 €	1337.746 €	466.793 €	1804.539 €	536.000 €	1092.357 €	1628.357 €	751.000 €	1420.064 €	2.171.064 €	1.343.800 €	0 €	1.343.800 €
Machico	0 €	0 €	0 €	500 €	0 €	500 €	10.000 €	0 €	10.000 €	7.500 €	0 €	7.500 €	2.303.892 €	0 €	2.303.892 €	0 €	0 €	0 €	22.278 €	0 €	22.278 €	0 €	0 €	0 €
Ponta do Sol	149.639 €	0 €	149.639 €	20.379 €	0 €	20.379 €	23.100 €	0 €	23.100 €	15.364 €	0 €	15.364 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Porto Moniz	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1000 €	0 €	1000 €	5.002 €	0 €	5.002 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Porto Santo	49.880 €	0 €	49.880 €	5.772 €	0 €	5.772 €	400.000 €	0 €	400.000 €	1.120.000 €	0 €	1.120.000 €	503.023 €	0 €	503.023 €	910.000 €	0 €	910.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ribeira Brava	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Santa Cruz	174.579 €	0 €	174.579 €	70.000 €	0 €	70.000 €	5.000 €	0 €	5.000 €	47.714 €	0 €	47.714 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Santana	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
São Vicente	428.967 €	0 €	428.967 €	12.000 €	0 €	12.000 €	50.000 €	0 €	50.000 €	699.457 €	0 €	699.457 €	20.000 €	0 €	20.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Fonte: Mapas XV-A do orçamento do estado publicados na Direcção Geral do Orçamento (DGO)